



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

PÂMELA RAFAELA ALENCAR BORGES

**A GEOGRAFIA ESCOLAR NA COMPREENSÃO DA CIDADE:
A VILA TELEBRASÍLIA**

BRASÍLIA - DF

2014

PÂMELA RAFAELA ALENCAR BORGES

**A GEOGRAFIA ESCOLAR NA COMPREENSÃO DA CIDADE:
A VILA TELEBRASÍLIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Professora Doutora Cristina Maria Costa Leite.

BRASÍLIA - DF

2014

PÂMELA RAFAELA ALENCAR BORGES

**A GEOGRAFIA ESCOLAR NA COMPREENSÃO DA CIDADE:
A VILA TELEBRASÍLIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em 01/07/2014

Banca Examinadora

Prof^ª Dr^ª. Cristina Maria Costa Leite (orientadora)

Universidade de Brasília

Prof^ª Dr^ª. Maria Clarisse Vieira (examinadora)

Universidade de Brasília

Msc. Julieta Borges Lemes (examinadora)

Universidade de Brasília

À minha família e à comunidade
da Vila Telebrasília

AGRADECIMENTOS

A Deus que é a minha força, alegria, consolo, paz, refúgio e minha razão de viver.

Ao meu amado Rivelino pelo amor, amizade, carinho, paciência, cumplicidade, por ser o meu suporte e a bênção que é em minha vida.

À minha mãe que sempre foi o meu referencial, exemplo e incentivo para alcançar etapas maiores. Agradeço pelo amor, dedicação, carinho, confiança, sustento, força e coragem; e por me ensinar a seguir os caminhos corretos. À minha irmã Jú pela amizade verdadeira, a motivação, o amor e os momentos compartilhados de alegria, crescimento e amadurecimento. À minha irmã Pri pela alegria de ter convivido e aprendido muito com você. À minha avó Antônia pela sabedoria, mesmo sendo analfabeta, e o apoio. Ao meu pai pelo auxílio, afeto e por me conduzir para uma vida espiritual com Deus. Ao meu falecido padrasto José João Alves por acreditar no meu potencial, pelo ânimo e a motivação. E aos demais familiares que de uma forma ou de outra contribuíram com a minha formação.

Às minhas amigas Juliane Sales, Elaine Lima e Suelene Nunes pela amizade, o companheirismo e o compartilhamento de alegrias, experiências e aprendizagens.

Ao GENPEX que foi fundamental na minha formação profissional e pessoal. Agradeço pela solidariedade e amorosidade recebida e aprendida a transmitir, pelas pessoas maravilhosas que conheci, pelo comprometimento com a promoção de uma Educação Popular de qualidade e por ser um lugar de renovação para mim.

Ao Projeto Re(vi)vendo Êxodos que me conduziu a tantas descobertas, me ensinou a sensibilidade ao mundo e a superação dos meus limites. Agradeço em especial à Monitoria do Revivendo Êxodos por serem pessoas boas e engajadas para o bem coletivo neste mundo.

Ao professor Renato Hilário dos Reis pela sua imensa sabedoria e sensibilidade às pessoas. Agradeço os seus grandes ensinamentos, a sua perspectiva amorosa, o seu exemplo de pessoa e educador que contribui para a melhoria da vida das pessoas.

À minha orientadora Cristina Maria Costa Leite pela disposição, a paciência e o amor à Geografia e ao ensino que me fez despertar para o prazer de estudar a realidade sob esta perspectiva.

A todos os professores e funcionários da Faculdade de Educação, bem como os pedagogos em formação, pois foram essenciais na minha formação; todos os que convivi de alguma forma me oportunizaram aprendizados que levarei para a vida.

Ao CEDEP, as alfabetizadoras, coordenadoras e alfabetizados que oportunizaram muitos aprendizados no meu período de estágio. Agradeço pela oportunidade de contribuir com eles e pelo quanto que esta experiência me acrescentou pessoalmente e profissionalmente; pelas descobertas sobre mim mesma na participação desses espaços.

À antiga Associação de Moradores da Vila Telebrasília (AMAT) e aos moradores da Vila Telebrasília pela coragem de ir à luta pela melhoria das condições de vida da comunidade e hoje serem o orgulho de quem conhece a história deste lugar. Agradeço porque a mobilização de vocês no passado deu oportunidade a que trabalhos como este fossem escritos posteriormente.

À Igreja Presbiteriana da Vila Telebrasília que foi fundamental em todos os momentos da minha vida, desde que eu fiz parte desta família. Levo cada uma dessas pessoas em meu coração.

Ao Projeto Dança e Cidadania pela responsabilidade com a inclusão social e a formação de cidadãos conscientes. Agradeço também pela difusão e mobilização pela dança que é uma prática tão prazerosa e nobre.

“Ser humano que é sonho e permanência de sonho daqueles que a maior esperança é a de teimar a sublime teimosia de que o mundo pode ser melhor. De que o homem pode ser mais solidário. Sonho de que a educação pode contribuir com a constituição desse mundo, sociedade e vida melhores para todos. Sonho de que o melhor começo é o começar.”

(Renato Hilário dos Reis)

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a importância de se estudar a cidade que é o lugar de vivência do educando e de formação da sua identidade, por meio da Geografia Escolar. Este estudo analisa um núcleo urbano no contexto rígido do planejamento de Brasília, a Vila Telebrasília, resgatando a memória de seus moradores acerca do lugar. Para tanto, foi feito um trabalho de pesquisa com o material disponível sobre a Vila Telebrasília, bem como entrevistas semiestruturadas com moradores, importantes no processo de luta pela fixação, urbanização e melhoria da Vila. Nesse sentido, o referencial teórico desenvolve uma explanação sobre o processo de produção do espaço urbano no contexto capitalista, que incide no fenômeno da segregação socioespacial urbana. Daí decorre a complexidade desse conteúdo, que pode e deve ser trabalhado em sala de aula. A partir dos resultados da pesquisa, foi possível concluir que a compreensão da localidade do indivíduo, da sua cidade, é fundamental para obtenção de uma leitura crítica da realidade e, portanto, para o entendimento do próprio processo de produção do espaço, objeto de estudo da Geografia.

Palavras-chave: Geografia Escolar; memória; segregação.

ABSTRACT

This study presents a reflection on the importance of studying the city that is the place of the student experience and formation of their identity, through the School Geography. The study examines an urban core in the rigid context of the design of Brasilia, the Vila Telebrasilia, rescuing the memory of its residents about the place. To this end, was made a research about the available material on the Vila Telebrasilia as well as a semi-structured interview with two residents, important in the struggle for fixing urbanization process and improvement of the place. In this sense, the theoretical reference develops an explanation of the process of production of urban space in the capitalist context that focuses on the phenomenon of urban socio-spatial segregation, bringing the complexity of content that can and should be worked into the classroom. From the search results, it was concluded that understanding the location of the individual, of his city, it is essential to obtain a critical understanding of reality, and therefore, to the understanding of the production process itself space, object of study of geography.

Keywords: School Geography; memory; segregation.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é resultante do processo de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia, e se constitui na atividade principal do Projeto 5, Trabalho Final de Curso, ofertada pela Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília (UnB), realizada no primeiro semestre de 2014, sob orientação acadêmica da professora Cristina Maria Costa Leite.

Nesse sentido, encontra-se dividido em três partes: memorial, no qual resgato informações da minha trajetória escolar e acadêmica; monografia, onde se desenvolve o tema de pesquisa proposta; e o projeto de vida profissional, onde são apresentadas as perspectivas pessoais e profissionais de atuação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Localização da Vila Telebrasília	41
Figura 2	- Acessos da Vila Telebrasília	42
Figura 3	- Paradas de ônibus	43
Figura 4	- Vila Telebrasília 1956	57
Figura 5	- Vila Telebrasília 1956	57
Figura 6	- Aglomeração do Acampamento da Telebrasília	58
Figura 7	- Acampamento da Telebrasília	58
Figura 8	- Acampamento da Telebrasília e final da Asa Sul	59
Figura 9	- Acampamento da Telebrasília	60
Figura 10	- Acampamento da Telebrasília e final do Lago Paranoá	60
Figura 11	- Vila Telebrasília e Lago Sul	61
Figura 12	- Acampamento da Telebrasília e Asa Sul	61
Figura 13	- Acampamento da Telebrasília e Lago Paranoá	62
Figura 14	- Campo de Futebol	63
Figura 15	- Praça da Resistência	64
Figura 16	- Parquinho	64
Figura 17	- Pista de Skate	65
Figura 18	- PEC- Ponto de Encontro Comunitário	65
Figura 19	- Quadra de Esportes	66
Figura 20	- Oficina	67
Figura 21	- Oficina	67
Figura 22	- Mercado	68
Figura 23	- Igreja Batista	68
Figura 24	- Igreja Assembleia de Deus	69
Figura 25	- Igreja Presbiteriana	69
Figura 26	- Igreja Católica	70
Figura 27	- Posto Policial	70
Figura 28	- Rua 1	71
Figura 29	- Rua 8	71
Figura 30	- Rua 10	71
Figura 31	- Local destinado à creche na Vila Telebrasília	80
Figura 32	- Lotes das ruas 2 e 4	83
Figura 33	- Ruas 2, 3 e 4	83
Figura 34	- Movimentação para lotes aos filhos de pioneiros	84
Figura 35	- Campo de futebol antes de colocar grama sintética	85
Figura 36	- Projeto da Praça da Resistência	86
Figura 37	- Propriedade localizada na Praça da Resistência	86
Figura 38	- Extensão da rua 1	87
Figura 39	- Equipamentos urbanos previstos no projeto de urbanismo	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Moradores segundo o tempo de moradia na Vila Telebrásília	78
Tabela 2	- Moradores segundo o ano de chegada no DF	78
Tabela 3	- Moradores segundo o grau de escolaridade	79
Tabela 4	- Moradores segundo a situação de trabalho	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Domicílios segundo a condição de moradia	72
Gráfico 2	- Domicílios segundo o número de cômodos	73
Gráfico 3	- Distribuição da população segundo o gênero	75
Gráfico 4	- Distribuição da população segundo a raça/cor declarada	75
Gráfico 5	- Distribuição da População segundo a idade	76
Gráfico 6	- Distribuição da população segundo a religião	77
Gráfico 7	- Distribuição segundo a naturalidade dos moradores	77
Gráfico 8	- Distribuição dos domicílios segundo da renda familiar	82

SUMÁRIO

PARTE I - MEMORIAL EDUCATIVO	15
PARTE II - MONOGRAFIA	25
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO	28
CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	41
2.1 - Caracterização do lugar	41
2.2 - Metodologia	43
CAPÍTULO 3 - RESULTADOS	46
3.1 - História da Vila Telebrasília	46
3.1.1 - De 1956 a 1990	46
3.1.2 - De 1990 a 1994 - Governo Roriz	49
3.1.3 - De 1995 a 1998 - Governo Cristovam	52
3.1.4 - De 1999 a 2006 - Governo Roriz	53
3.1.5 - De 2006 a 2010 - Governo Arruda	55
3.1.6 - De 2010 aos dias atuais	55
3.2 - Mudança da Paisagem	56
3.3 - A Vila Telebrasília atual	63
3.3.1 - Lazer	63
3.3.2 - Comércio	66
3.3.3 - Igrejas	67
3.3.4 - Segurança	69
3.3.5 - Ruas da Vila	69
3.4 - Caracterização da População	72
3.4.1 - Domicílios	72
3.4.2 - Posse de bens	74
3.4.3 - Aspectos Demográficos	75
3.4.4 - Grau de Instrução	79
3.4.5 - Trabalho	80
3.4.6 - Rendimento dos Moradores	81
3.5 - Planejamento Urbano	82
CAPÍTULO 4 - DISCUSSÃO	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
PARTE III - PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

PARTE I - MEMORIAL EDUCATIVO

Eu sou Pâmela Rafaela Alencar Borges do Nascimento, 21 anos, casada com o meu amado Rivelino, filha do Humberto e da Rosinalda que são divorciados e irmã de sete irmãos, mas uma faleceu há 3 anos. Meu pai é do Maranhão e minha mãe do Piauí, da mesma cidade onde nasci, Água Branca, e os dois, assim como tantos outros brasileiros, vieram para Brasília há cerca de 25 anos em busca de melhores condições de vida. Aqui, eles se estabeleceram, conseguiram emprego, nos criaram e conquistaram um lote na Vila Telebrasília, lugar onde cresci e morei até 2013.

A nossa história, inicialmente, foi muito difícil aqui em Brasília, bem como de todos os moradores do Acampamento da Telebrasília naquela época. Mas o caso da minha família se acentuou, pois como os meus pais eram divorciados, duas irmãs e eu vivemos com a minha mãe numa situação muito precária e com muito poucos recursos financeiros. A história de luta da Vila Telebrasília, como vocês verão a seguir, reflete a história de luta de cada um dos seus moradores pela sobrevivência.

Eu sempre estudei em escolas públicas, ingressando na pré-escola da Escola Classe 416 Sul aos cinco anos de idade e continuei nesta escola até a quarta série. A maioria dos filhos dos moradores da Vila Telebrasília até hoje estuda lá e é interessante que muitas professoras da minha época ainda permanecem na mesma escola e vez ou outra que apareço por lá ainda posso revê-las com a maior satisfação. Em seguida, estudei na Escola Classe 214 Sul, onde cursei a quinta e a sexta série e, então, fui para o Centro de Ensino Fundamental nº 4, localizado na 113 Sul, e estudei a sétima e a oitava séries. Este último período foi o mais marcante em termos de rendimento escolar, pois comecei a estudar pensando mais no futuro e identifiquei melhor as áreas que mais gostava. Lembro que nesta época a matéria que mais gostava era Português, assim pensava em fazer Letras e iniciava o almejo de passar no PAS da UnB, pois minha professora de Português só falava nisso.

O primeiro ano do ensino médio cursei no Centro de Ensino Médio Setor Leste, assim com o segundo e o terceiro. Esta escola tem um projeto fascinante chamado Re(vi)vendo Êxodos do qual participei até mesmo depois de sair da escola. Nele os alunos têm a oportunidade de efetivamente vivenciarem na prática o conteúdo e teoria vistos nas

disciplinas, além de adquirirem criticidade sobre a realidade vivida e conscientização do seu espaço, cultura, identidade e cidadania.

O Projeto Revivendo Êxodos propõe uma abordagem de formação diferenciada, na qual há a valorização da subjetividade dos alunos, uma vez que o seu saber, sua história de vida, seu cotidiano e identidade são valorizados. O conhecimento é contextualizado à realidade do aluno, tornando-se muito mais significativo para ele, pois é algo que lhe diz respeito. Assim, há a formação de indivíduos atuantes na construção de sua própria história, que têm autonomia social, e que refletem e agem para melhoria da sua realidade; uma formação de cidadãos para o mundo. O conhecimento tem repercussão ativa na vida dos sujeitos.

Gosto muito desse projeto e participei dele no segundo e terceiro ano, como também os quatro anos depois que saí da escola como monitora universitária. Depois que se passou o período de vestibulares, pudemos verificar o bom número de questões que caiu no vestibular tradicional e Programa de Avaliação Seriada da UnB que o projeto contemplou no seu conteúdo programático estudado pelos alunos. Certamente a participação neste projeto contribuiu muito na minha formação e aprovação para ingresso na UnB. Outro fator de contribuição nisso foi o comprometimento dos professores dessa escola, sobretudo os do terceiro ano, que buscavam promover um ensino público de qualidade, além de alguns se esforçarem a mais, dando aulas extras em turno contrário com conteúdos que cairiam no vestibular, mas que não seriam trabalhados em sala de aula por falta de tempo letivo. Tenho muita gratidão por estes profissionais.

Até o segundo ano do ensino médio, eu pensava em fazer Letras, pois eu era muito boa na disciplina de Língua Portuguesa e também gostava muito. No entanto, no terceiro ano a minha preferência mudou, talvez pela má experiência que tive com a disciplina ministrada pela professora deste ano. Comecei a me interessar por fisioterapia, conhecia uma fisioterapeuta que falava muito a respeito e eu a admirava. Também pensei em contabilidade, pois também conhecia contadores que muito gostavam da profissão e me contavam a respeito. Mas no meio do 3º ano teve o vestibular da UnB e uma menina da minha sala passou para Pedagogia. Eu queria muito ter feito este vestibular, até porque era menos concorrido, mas não tinha dinheiro para a inscrição, e só tinha isenção para alunos de escola pública no vestibular do final do ano. Eu perguntei a ela como era o curso e comecei a me interessar por

ele, e também vi que nele eu teria muita chance de passar. Então eu me inscrevi para a 3ª etapa do PAS, tentando Pedagogia e no vestibular eu tentei Fisioterapia.

Passei em quinto lugar no curso de Pedagogia pelo PAS da UnB. Depois vi que a minha nota daria para ter passado em vários outros cursos, inclusive estes que eu citei, mas ainda bem que eu passei para pedagogia, pois esse curso tem tudo a ver comigo, foi excelente para mim e é o caminho que quero seguir. Vejo que o meu processo de escolha foi muito difícil, tinha muitas dúvidas e sabia pouco a respeito dos cursos e profissões. Fico pensando que eu estava perdida na escolha do curso, dei um tiro no escuro, mas acertei em cheio. Vejo-me muito contemplada no curso que faço. Digo que esta foi uma das escolhas que fiz e fui abençoada.

Ingressei na UnB no primeiro semestre de 2010, foi tão emocionante para mim. Achei que não ia conseguir, mas pedia muito a Deus que permitisse isso e ele me atendeu; agradeço muito a Ele. Nas primeiras semanas fui conhecendo pessoas e identifiquei uma amiga que tinha estudado na mesma escola que eu em vários anos, inclusive nas mesmas turmas, exceto no ensino médio, período que nos afastamos um pouco, pois não estávamos na mesma turma e, focadas no vestibular, nos víamos pouco. Esta e mais algumas pessoas foram muito importantes na minha vida acadêmica; é tão bom ter pessoas já confiáveis e amigas nas disciplinas que cursamos; isso torna o estudo mais prazeroso.

No segundo semestre, aconteceu uma tragédia em minha vida, não fui mais a mesma desde então. Como mencionei anteriormente, eu morava com mais duas irmãs e minha mãe; eu era a caçula da minha casa. Nesse período, a minha irmã do meio ficou doente e faleceu. Foi uma época muito difícil e esse período em que ela ficou doente até a sua morte foi muito doloroso para gente, muito penoso e triste. Ainda assim, eu tentei segurar as pontas na faculdade, tinha acabado de entrar e não queria que isso prejudicasse as minhas notas. Mas como nós tínhamos que ficar com ela no hospital e nos revezávamos para isso, acabei ficando um pouco sem tempo, além de estar com o psicológico abalado. Estávamos tão envolvidos nisso que fui procurar ajuda na universidade somente depois que ela já havia falecido. Pensei em trancar o semestre, ou disciplinas, mas na época isso diminuía o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) e eu não queria, e também, depois que ela faleceu, preferi continuar ocupando a minha cabeça com alguma coisa na tentativa de disfarçar a minha dor e tristeza.

Eu estava matriculada em seis disciplinas, sendo duas de outro departamento que não os da FE. Procurei orientação no Serviço de Orientação ao Universitário (SOU) por recomendação de uma familiar, mas não ajudou muito. Em seguida, conversei com o coordenador do curso e ele me disse as opções que eu já sabia. Fui à secretaria e fiquei triste pelo modo que falaram comigo, estava muito fragilizada, mas enquanto falava o homem que trabalha no posto avançado da SAA ouviu e parecia que ele sabia de todas as possibilidades dentro da universidade e ele identificou uma que era excelente para mim e fiquei feliz com ele. Então, eu pude solicitar a retirada das duas disciplinas do outro departamento, mesmo já estando fora do prazo para tal pedido, e fui atendida; assim, cursei somente as da Pedagogia com êxito.

No terceiro semestre cursei muitas disciplinas para compensar as poucas do semestre anterior; foi um semestre muito produtivo. Uma disciplina que me marcou muito foi a Fundamentos da Linguagem Musical na Educação com a professora Patrícia Pederiva, foi um alento para a minha alma essa disciplina. Eu gostei muito, tivemos experiências diferenciadas e divertidas, dinâmicas, criativas, poéticas, reflexivas, eu saía feliz dessas aulas. Ela trabalhava na perspectiva de Vygotski e sempre falava para gente que não importavam as dificuldades, não devíamos partir delas, mas sim trabalhar com as possibilidades e isso me ajudou muito. A turma também era muito boa, apesar de eu não conhecer ninguém no início, e foi um espaço muito agradável de aprendizado.

Outra disciplina marcante desse semestre foi Ensino de Ciência e Tecnologia 1 com a professora Maria Helena Carneiro, em que foi-nos oportunizada a elaboração de um livro paradidático para crianças. Foi uma experiência excelente e todo o desenvolvimento da disciplina, na ordem em que se seguiram os trabalhos otimizou o nosso aprendizado. Corremos atrás de tanta coisa; pesquisamos e estudamos muito; aprofundamos o nosso tema que era vagalumes; fomos à escola pública na turma de 5º ano que era a série que recomendamos no nosso livro e pesquisamos as demandas, carências e dificuldades das crianças na área de ciências e o conhecimento delas sobre os insetos, em especial os vagalumes; escrevemos o livro, criamos a história e os personagens; produzimos as imagens e pedi a minha irmã que cursa publicidade para nos ajudar nisso; apresentamos o nosso livro a turma na faculdade. Depois expusemos os livros na feira da Semana de Ciência e Tecnologia. No semestre seguinte, em trabalho de monitoria, pudemos aplicar o livro na escola que pesquisamos e foi um trabalho muito interessante com as crianças.

A última disciplina que quero destacar desse semestre foi Projeto 2 com o professor Renato Hilário. Nesta pude conhecer efetivamente as possibilidades de atuação do pedagogo que até então não sabia. O professor organizou uma dinâmica de aulas em que ele trouxe os profissionais em sala de aula para nos explicar sobre o seu trabalho. A cada aula era uma pessoa que nos apresentava as nossas possibilidades e podíamos tirar dúvidas e ter um contato direto com esses profissionais que já estavam atuando. Uma das profissionais que me motivou em algumas escolhas posteriormente foi a Julieta Borges que fazia e faz parte do Grupo de Ensino Pesquisa e Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais (GENPEX). Ela falou a respeito do seu trabalho no Ministério da Educação e também da Educação de Jovens e Adultos na Faculdade de Educação pelo grupo GENPEX que muito me interessou. Foi muito bom, além de que o professor Renato Hilário tem uma singularidade na ministração das aulas, com uma perspectiva amorosa e acolhedora que torna o ambiente de estudo muito agradável.

No quarto semestre, eu cursei muitas disciplinas também e ainda fazia aulas de Inglês e Espanhol fora da UnB à noite, aulas de dança que é uma coisa que me faz muito bem e que gostei muito, pelo Projeto Dança e Cidadania, e aulas de violão e teclado aos domingos, além de participar sempre das programações da minha igreja aos sábados e domingos. Tive uma rotina bem cheia de atividades nesse semestre, fazendo muitas coisas que eu gosto e foi excelente esse período para mim.

Uma disciplina desse semestre que gostei muito foi Educação de Adultos com a professora Nirce Ferreira. Inicialmente, eu peguei a disciplina porque era com o professor Renato Hilário e eu tinha interesse. Mas depois vi que no sistema de matrículas estava errado e ele não seria o nosso professor, mas sim uma professora; fiquei um pouco decepcionada. Mas isso só foi no início, pois no decorrer da disciplina vi o quanto a professora Nirce é excelente e o desenvolvimento da disciplina foi ótimo. No primeiro dia de aula, ela disse que trabalhava na mesma perspectiva do Renato e vi que realmente a estrutura das aulas com lanche coletivo no final e o presente que cada grupo levava para a turma a cada aula era semelhante e eu adorava isso. Esses momentos do presente eram ótimos, fazia a cada um de nós buscar algo de mais bonito, de alguma contribuição, com alguma virtude e reflexão para ofertar ao outro. A professora Nirce também é muito acolhedora, além de ser uma fiel defensora da bandeira da Educação de Adultos, pois ela mesma passou por esse processo. E a disciplina também contribui muito para mim, pois eu sempre tive muita dificuldade de falar

em público; em sala de aula eu quase nunca falava alguma coisa abertamente para a turma. Mas a condução das aulas por esta professora oportunizava a fala de todos realmente e eu comecei a me sentir a vontade para falar. Ela foi uma grande contribuidora no meu processo de dessilenciamento como coloca o professor Renato Hilário.

Outra disciplina muito boa que gostaria de destacar é Educação Matemática 1 com o professor Cristiano Muniz. As aulas eram muito dinâmicas e lúdicas e nós aprendíamos a ensinar matemática como se fôssemos os próprios alunos; é uma das poucas disciplinas da FE que efetivamente nos proporciona a prática. Também pudemos elaborar um material didático de matemática, um jogo educativo que foi uma experiência excelente e muito enriquecedora. A maioria da turma no início achava que não tinha capacidade para produzir um jogo, ainda mais porque era uma atividade individual. Mas ao final do semestre, pudemos ver os excelentes trabalhos feitos e o quanto a nosso potencial criativo é grande e muitas vezes é subestimado por nós mesmos. Posteriormente aplicamos esse jogo confeccionado numa escola e tivemos uma boa interação com os alunos. Depois doamos para esta escola pública o material feito com toda a nossa criatividade, empenho e carinho. Gostei muito.

Nesse semestre também, eu comecei a fazer Projeto 3 fase 1 em Economia Solidária com a professora Sônia Marise. Acontecia sempre aos sábados pela manhã e íamos para a Santa Maria, onde tinha uma ONG que era o local em que atuávamos. Lá desenvolvemos diversas oficinas com as pessoas da comunidade e foi um espaço muito interessante de troca de experiências.

No quinto semestre, eu comecei a trabalhar num projeto da UnB chamado Projeto Infante Juvenil (PIJ). Ele é uma escolinha destinada aos filhos dos funcionários da UnB. Particpei dele porque entrei no programa Bolsa Permanência e, na época, um dos requisitos para ganhar a bolsa era trabalhar 12 horas semanais. Eu não gostei da experiência de participar desse projeto, principalmente pelos casos de nepotismo existente lá, em que uns funcionários são beneficiados em detrimento dos demais, tanto na execução de tarefas, quanto no horário de entrada e saída e até mesmo na disponibilidade de material para execução das atividades em sala de aula. Eu tive vontade de sair desse projeto logo nos primeiros meses, mas como eu sempre pensei que as coisas têm que ter início, meio e fim, eu decidi continuar até o final do semestre. Lá é um ambiente que é necessário se reverem muitas coisas, principalmente na gestão, mas também no fazer em sala de aula e no acolhimento das pessoas

novas que chegam; lá acabou sendo um ambiente opressor para mim. Mas toda experiência é válida, até mesmo as negativas.

As disciplinas mais provocadoras para mim nesse semestre foram Inconsciente e Educação com a professora Inês Maria de Almeida e Processos de Alfabetização com a professora Maria Alexandra Militão. A primeira porque eu nunca tinha estudado nada relacionado à psicanálise e realmente foi um campo que me despertou muito interesse, além de que a professora é ótima. A segunda porque o planejamento e desenvolvimento das aulas é muito inovador e criativo. A professora resgata em nós o desejo e prazer pela leitura e pela escrita. Foi como em Educação Matemática em que a gente aprende a ensinar, fazendo. Primeiramente, nós mesmos nos tornamos bons leitores para depois podermos instigar os nossos alunos a isso. A professora nos dá muita liberdade na escrita, nas leituras, nos trabalhos que vamos fazer e, assim, realmente conseguimos fazer trabalhos espetaculares.

No sexto semestre, comecei a participar do GENPEX. Para mim, foi um outro mundo dentro da UnB, um lugar de pessoas boas e belas, empenhadas com a proposta e a Educação de qualidade, um lugar de fala e escuta, de valorização do próximo. Eu vejo que Deus nos coloca nos lugares certos exatamente quando precisamos e é assim que vejo a minha chegada ao grupo, eu precisava estar lá naquele momento e aconteceu de uma maneira excelente. Logo no primeiro dia gostei muito das pessoas, do acolhimento que tive e da amorosidade de cada um. Eu queria ter entrado no GENPEX no semestre anterior, mas pelo horário que estava no site da FE não cabia na minha grade naquele semestre. Somente depois é que eu fui à sala do GENPEX e a Jack que estava lá naquele momento me contou que no site estava errado e me explicou tudo a respeito do grupo, das áreas de atuação, dias e horários, o que me interessou mais ainda, pois o meu primeiro contato para participar foi bom. Então eu me matriculei nesse projeto, como Projeto 3 fase 2, decidindo atuar na frente de trabalho do Paranoá.

Mencionei que a minha entrada no GENPEX foi importante, pois eu estava em um momento delicado. O nosso semestre era atípico por conta da greve e logo mais iniciaria um novo semestre e eu precisava encontrar um novo projeto da Bolsa Permanência para participar, pois eu queria sair do PIJ, mas não podia perder a bolsa. E eu vi que no GENPEX tinham algumas bolsistas, então perguntei a elas como era o trabalho e sondei se ainda precisava de mais alguém, pois eu tinha interesse em trabalhar lá. E as meninas foram tão legais comigo, me explicaram tudo e, então, eu conversei com o professor Renato e ele foi tão bom comigo também, e rapidamente eu fui ao PIJ e assinei o meu formulário de desligamento

e ingressei como bolsista neste novo projeto muito entusiasmada. Então eu fiquei como bolsista e como aluna de Projeto 3. Foi muito enriquecedor esse semestre e também feliz, pois eu estava em um meio muito agradável, totalmente o contrário do que foi o PIJ.

Continuei no GENPEX para cursar Projeto 4 fase 1 e fase 2 e foi o período que realmente eu me vi como pedagoga atuante e descobri a paixão e a satisfação de ensinar. Foi algo muito gratificante. Por diversas vezes, pelo dia atarefado, à noite eu já estava muito cansada, mas mesmo assim, quando eu ia ao Paranoá, entrava em sala e as aulas aconteciam e nós alunos da UnB participávamos não só observando as aulas, mas atuando também, isso renovava as minhas forças e a sensação do meu cansaço passava logo. Tinha mais vontade de ajudar os alunos e contribuir de alguma forma, principalmente porque os alunos que estavam lá eram trabalhadores e vinham cansados também do seu trabalho, mas a vontade deles de aprender os fazia superar todas essas dificuldades. E esse é um aspecto que sempre me chamou muito a atenção na Educação de Jovens e Adultos, a vontade de aprender dos educandos mesmo com as diversas dificuldades de estudar e trabalhar, de estar avançado na idade, de locomoção, de ir à escola com fome sem ter tido tempo de jantar ou lancha etc, os alunos têm vontade de aprender de verdade e são motivados com isso. Além de que os alunos nos ensinam tanto, eles têm tanta história para contar, tantas experiências enriquecedoras as que ouvem, têm carinho conosco que é algo muito bom.

A minha participação no GENPEX foi a experiência mais importante da minha formação enquanto pedagoga, pois eu aprendi a ter o amor pela educação. Aprendi que o conhecimento é algo construído juntamente com os alunos e, no caso do Paranoá, com as alfabetizadoras também. Era preciso desenvolver uma relação de confiança e afetividade com os alunos e a alfabetizadora da turma. Aprendi a planejar, desenvolver, aplicar, acompanhar e a avaliar a práxis. Agradeço muito a todos do GENPEX que me ajudaram nesse processo.

No sexto semestre, eu cursei a disciplina Educação em Geografia com a professora Cristina Leite que foi inspiradora. Tive a oportunidade de pesquisar e desenvolver um trabalho sobre a localidade que morava, a Vila Telebrasília, numa perspectiva de valorização do lugar de pertencimento dos indivíduos. Este trabalho foi enriquecedor para mim sobremaneira, porquanto cresci na Vila Telebrasília e não conhecia verdadeiramente a história de luta deste lugar. Eu tive a maior satisfação em fazê-lo, pois é parte da minha identidade, da minha história também. Ouvir relatos das pessoas, conhecer o quanto eles já fizeram por todos nós que moramos na Vila Telebrasília é motivador, como também emancipador, uma vez que

me tirou um pouco da alienação sobre a minha própria vivência. Levou-me a querer atuar mais para o bem coletivo da comunidade e buscar contribuir para a solução dos problemas que ainda hoje nos são apresentados. Certamente, esta disciplina me motivou na escolha do tema da minha monografia, posteriormente.

Ao final do sexto semestre, em dezembro, houve um momento difícil em minha família, o meu padrasto faleceu. Esses acontecimentos dolorosos aconteceram sempre ao final do ano, nossos natais nunca mais foram os mesmos. A morte do meu padrasto não foi tão dolorosa para mim quanto a morte da minha irmã, mas o fato de ele ter falecido somente dois anos após ela pesou muito, pois foi num pouco espaço de tempo, ainda nem tínhamos nos recuperado daquela dor, além de que a morte dele nos lembrou a dela também.

Mas eu estava no lugar certo. No sétimo semestre continuei no GENPEX que é um espaço na universidade em que eu me sinto bem, cursando Projeto 4 fase 1. Desta vez a coordenação do GENPEX estava com a professora Clarisse Vieira que assumiu os trabalhos do professor Renato e continuou na mesma perspectiva dialógica e de acolhimento. Cursei mais algumas disciplinas e aos poucos fui me recuperando, acho que todas as pessoas em que eu convivi nesse período foram importantes nesse processo.

No oitavo semestre, me matriculei em mais algumas disciplinas e vi que não daria para eu formar nesse semestre. Uma disciplina muita boa desse semestre foi Canto Coral do departamento de música. Eu sempre gostei de música e a experiência com essa disciplina me fez muito bem, sentia prazer em participar das aulas. Neste semestre também aconteceu uma coisa muita boa em minha vida que foi o meu casamento, momento de muita felicidade. O meu casamento foi ao final do ano, um período de grande alegria, em contrapartida aos eventos negativos que se tiveram em minha família nessa época do ano. Encontrei a pessoa que Deus separou para viver comigo, nos amarmos e sermos felizes. Gosto muito do versículo bíblico que diz “O amor é forte como a morte” (Cântico dos Cânticos 8. 6). Poucas palavras que expressam muito.

Agora, ao nono semestre, concluo a graduação, depois de um bom período de aprendizado e crescimento. Com a disciplina Educação em Geografia, tive muita vontade de continuar e aprofundar sobre a temática estudada. Então, quando vi que a professora Cristina Leite estava selecionando alunos para o PIBIC, conversei com ela sobre o meu interesse. Assim, eu comecei a participar do PIBIC, cujo nome do projeto é “Identidade, Território e

Paisagem”. Depois de pesquisar mais sobre o assunto e iniciar a escritura de um artigo nessa mesma área, decidi fazer a monografia na mesma área que já estava pesquisando. E, agora, ao final deste semestre, concluo a monografia e o meu artigo do PIBIC.

Relembrar a minha trajetória de vida escolar e acadêmica me deu um pouco de saudade, mas também me causou um sentimento de gratidão, primeiramente a Deus por me oportunizar todas essas vivências e permitir que certas pessoas passassem pela minha vida para contribuir tanto no que sou; à minha família que me ensinou a ser forte mesmo diante das dificuldades; aos professores que me forneceram uma educação emancipadora; aos meus amigos que são presentes de Deus; e ao meu esposo que agora é o meu companheiro de todas as horas e a pessoa que me deu uma nova alegria de vida. Obrigada a todos.

PARTE II - MONOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a Vila Telebrasília, localizada às margens do lago Paranoá, no Setor de Clubes Sul, da cidade de Brasília, Região Administrativa I, do Distrito Federal (DF). Esta localidade existe há 57 anos e, como em outras cidades do DF, foi inicialmente um acampamento de obras, criado para abrigar os pioneiros que vieram de várias localidades do Brasil, no intuito de trabalharem na construção de Brasília. Após a inauguração da Capital, o governo iniciou uma forte campanha de remoção desses trabalhadores, em direção à periferia de Brasília, onde foram construídas as Cidades Satélites. Essas serviram para abrigar aqueles trabalhadores, que não tinham lugar na cidade, por não terem vinculação direta com o serviço público.

Mesmo com as áreas residenciais de Brasília pouco ocupadas, a criação das cidades satélites atestou uma contradição na ideologia de seu plano urbanístico, que se dizia igualitário. Isso porque, desde o início da construção, se estabeleceu um processo de segregação espacial, na medida em que os funcionários públicos tinham direito a uma cidade bem equipada e aos demais, restava a periferia semi urbanizada.

Concomitante a isso, o próprio processo de construção da cidade desencadeou ocupações temporárias de trabalhadores, muitas das vezes vinculadas às empresas construtoras e/ou empresas do estado, formando acampamentos. Entre esses o acampamento da Telebrasília, empresa responsável pela instalação da rede de telefonia da nova capital. Após a inauguração da cidade, esse acampamento não foi desativado. Ao contrário, subverteu a lógica de ocupação racional dos espaços de Brasília e, a despeito de sucessivas tentativas de retirada dessa “invasão”, permaneceu no local.

Os moradores do Acampamento da Telebrasília, como era chamado na época, se mantiveram resistentes ao governo e com muita luta conquistaram a regularização do lugar. Conseguiram algumas obras de urbanização e infraestrutura, mas ainda hoje é vítima de discriminação social e ainda, pouca atenção do governo distrital, notadamente no que se refere ao cumprimento dos serviços previstos em seu plano urbanístico. Tal situação é emblemática para justificar a necessidade de se conhecer o lugar, resgatar a sua memória para compreender

a lógica da cidade e de sua população. No caso da Vila Telebrasília, refere-se à desconstrução do discurso oficial, que a enquadra como invasão. Além disso, conhecer a cidade significa fortalecer a identidade local, no sentido de valorizá-la. E nesse sentido, é necessário resgatar a história da Vila Telebrasília, para significar sua importância, inclusive em relação a Brasília.

Desse modo, o estudo do lugar se mostra importante, na medida em pressupõe a valorização do indivíduo e sua identidade, pois analisa a sua localidade de vivência. Como aponta Leite (2011, p. 236) “conhecer o lugar é uma possibilidade de desenvolvimento do sentido de identidade, de pertencimento a algum grupo, a um dado espaço, a um território, a uma cultura”. Nessa perspectiva, a Geografia Escolar dos anos iniciais busca contemplar o saber que o aluno carrega pela sua experiência de vida na prática pedagógica. Assim o sujeito consegue conceber o seu espaço, refletir sobre a realidade que o cerca e atribuir significados práticos aos elementos de estudo no seu cotidiano, podendo compreender também realidades maiores e a globalidade que o incluiu.

Nessa perspectiva, o estudo do lugar se materializa pela cidade e a compreensão de seu significado é imprescindível para formação das pessoas, enquanto sujeitos conscientes e críticos acerca da sua própria realidade, pois ela mesmo é formadora e molda o modo de vida das populações. A cidade propicia a compreensão do espaço urbano, por estar relacionado aos modos de vida, ao conhecimento de seus usos, bem como as finalidades de seus espaços internos, e, ainda, a relação das cidades com os seus cidadãos (Cavalcanti, 2012).

Nesse sentido, este estudo utiliza o caso da Vila Telebrasília para apresentar um lugar importante na história do Distrito Federal, repleto de contradições, fruto do processo de segregação urbana, decorrente da produção do espaço urbano no território do DF. A Vila Telebrasília mostra-se como importante elemento de análise para a compreensão da constituição espacial de Brasília e do DF, e corresponder a um importante componente histórico dessa região. Por meio dessa localidade, pode-se perceber a lógica de produção do espaço urbano no contexto capitalista, compreender o fenômeno da segregação urbana, entender a atuação dos movimentos sociais urbanos, que buscam promover a conquista dos direitos da população, sobretudo o direito à moradia, e entender a formação e o funcionamento da cidade com uma análise fundamentada na Geografia que é a ciência que estuda o espaço.

Na perspectiva da Geografia Escolar, buscou-se apresentar como esse contexto de análise do espaço e da cidade, que representam aspectos complexos e contraditórios sobre a produção do espaço urbano, pode ser trabalhado em sala de aula, com os alunos, para que possam compreender sua realidade imediata e, por conseguinte, desenvolver a noção de sua espacialidade. De acordo com o currículo de Geografia dos anos iniciais, o espaço vivido pelo educando é fundamental na construção de conceitos científicos. Tal orientação encontra respaldo legal nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia, quando propõem que “A paisagem local, o espaço vivido pelos alunos deve ser objeto de estudo ao longo dos dois primeiros ciclos.” (Brasil, 1997, p. 77). É a partir das experiências trazidas pelos alunos, principalmente aquelas que se referem às características de seu lugar de vivência na cidade, que o professor deve efetuar a mediação pedagógica do conhecimento, de forma que os alunos não somente internalizem os conceitos, como também construam significados sobre esses.

Diante dessas considerações, este estudo pretende apresentar a Vila Telebrasília como elemento importante para compreensão do processo de estruturação espacial do território do DF. Nesse sentido, constitui-se objetivo geral deste trabalho: compreender como a Vila Telebrasília se insere no contexto da produção do espaço do Distrito Federal.

A partir dessa intenção, delineiam-se os objetivos específicos desta investigação, a saber:

1. Resgatar a memória da Vila Telebrasília;
2. Compreender a estruturação e funcionamento da cidade;
3. Compreender o processo de consolidação do lugar;
4. Apresentar a influência do Estado - Governo do Distrito Federal (GDF) - na produção desse espaço urbano;
5. Identificar os elementos de mediação pedagógica presentes no lugar.

Parte-se da suposição que a história do lugar e a compreensão da realidade sócio espacial da Vila Telebrasília, assumem importantes funções no processo de escolarização em Geografia, por representar possibilidades de mediação pedagógica, a partir dos elementos cotidianos, vividos e conhecidos pelas crianças, jovens, adultos e idosos, que atestam a produção do espaço urbano da cidade.

CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO

O mundo atual é caracterizado, segundo Cavalcanti (2012), pela urbanização que impactou o modo de vida das sociedades; pela globalização, que articulou povos e países na lógica de um único mercado mundial, homogeneizando-os; pelo aumento das desigualdades sociais; pelos avanços nas tecnologias da comunicação e informação, que potencializaram a rapidez na circulação das informações, redimensionando as perspectivas de tempo e espaço; pelo multiculturalismo, que adveio da facilidade nos deslocamentos e comunicação das pessoas. Tais fatores têm posto novos paradigmas à ciência, que busca explicar a complexidade do mundo contemporâneo e atender toda a sorte de demandas que nesse aparecem.

Nesse contexto marcado pela complexidade, a Geografia é a ciência que tem como objeto de estudo o espaço, fruto das relações sociais de produção. Essa área do conhecimento constitui-se uma ciência humana, por conseguinte, estuda a sociedade pelo prisma de sua organização espacial. Assim, pode-se afirmar, que a Geografia é uma ciência que estuda o processo de organização do espaço. Desse modo, essa ciência analisa a cidade como expressão material da vida urbana, na perspectiva de sua espacialidade, o que representa uma leitura da realidade.

No contexto da escolarização, porém, especificamente no tocante ao ensino de Geografia, a leitura da realidade carece de considerações. Nesse sentido, parte-se da premissa que a Geografia científica difere da escolar. Essa é produzida pelo fazer pedagógico do professor, numa relação dialógica com seus alunos, elaborada à luz das especificidades da comunidade/cidade onde se insere a escola, e plenamente inserida nessa dinâmica. Tal perspectiva, revela não somente uma diferenciação entre a Geografia científica e a escolar, como também assinala a complexidade que caracteriza as concepções educativas e educacionais nesse início de século XXI. Assim, a situação de ensino/aprendizagem que se apresenta nesse momento de mundo, ainda apresenta desafios e entre esses, aqueles relativos especificamente a Geografia trabalhada nas escolas. Em consequência, o trabalho docente tem levado à reflexão sobre o papel da geografia escolar no mundo contemporâneo, de um lado, e o modo pelo qual ela tem sido ensinada, de outro.

Existe significativa produção teórica na área de didática da geografia, que tem contribuído na formação de professores, na prática docente e na reflexão da relevância dessa ciência no mundo e principalmente na escola. No mundo atual, globalizado de novas e complexas demandas econômicas, sociais, tecnológicas, políticas e, sobretudo, educacionais, a Geografia tem se apresentado como uma possibilidade de leitura e compreensão da realidade, já que é plural e interdisciplinar em si mesma.

A Geografia Escolar utiliza-se da Geografia acadêmica como referência, mas não é uma simplificação ou a estruturação didática da ciência. Ela é o “conhecimento geográfico efetivamente ensinado, efetivamente veiculado, trabalhado em sala de aula” (Cavalcanti, 2012, p. 28). Para que a Geografia escolar alcance o seu propósito e faça o aluno se perceber no contexto em que está inserido, é preciso que se considere sua realidade e seu conhecimento acerca do local de sua vivência, para que isso se traduza em parâmetro de comparação, para a construção de outras referências espaciais. Nesse sentido, são essas referências que pautarão a compreensão dos espaços não vividos e permitirão inferências sobre contextos mais amplos e globais. Nesse processo, a Geografia busca interagir com as demais ciências, agregando contribuições destas e de suas próprias especialidades, bem como as considerações do senso comum na construção do conhecimento.

A esse respeito é importante destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia (1997) enfatizam a importância de se trabalhar o lugar vivido pelo aluno, como fator de enriquecimento da prática pedagógica. Apontam, ainda, que o espaço vivido pelos alunos deve ser objeto de estudo nos dois primeiros ciclos do ensino fundamental:

As percepções que os indivíduos, grupos ou sociedades têm do lugar nos quais se encontram e as relações singulares que com ele estabelecem fazem parte do processo de construção das representações de imagens do mundo e do espaço geográfico. As percepções, as vivências e a memória dos indivíduos e dos grupos sociais são, portanto, elementos importantes na constituição do saber geográfico. (BRASIL, 1997, p. 74)

A formação básica e a profissional devem corresponder às demandas atuais da sociedade e propiciar ferramentas, para que a pessoa possa se desenvolver num mundo repleto de mudanças. Tal responsabilidade evidencia a importante tarefa dos professores e a necessidade de mudanças em sua própria formação. Nessa linha de raciocínio, Cavalcanti (2012) afirma que pesquisas na área de formação docente têm detectado algumas dificuldades e desafios, entre os quais se destacam:: modificar as concepções que os alunos trazem consigo

de sua experiência escolar, que muitas vezes foi marcada por conteúdos teóricos da Geografia acadêmica, sem significação prática na docência. Tal situação desencadeia o aparecimento de obstáculos, entre o conteúdo científico da Geografia, as propostas da didática da Geografia e a prática escolar da disciplina.

Outra dificuldade identificada diz respeito às especialidades dos currículos de formação, que tem se preocupado, cada um, com os avanços científicos de seu próprio campo, trabalhando com conteúdos complexos e de difícil compreensão, que não são aplicáveis ao fazer docente. Nessa perspectiva, Cavalcanti (2012) aponta que esses são importantes referências, mas por si só, insuficientes. Desse modo, propõe a construção de alguns objetivos que norteiem a formação de professores de Geografia: o entendimento de que a Geografia é complexa, está em constante renovação, mas só compreende um ponto de vista da realidade; clareza sobre a incorporação da dimensão do cotidiano e sua aplicabilidade; significação dos dados e informações que conformam as referências espaciais dos indivíduos.

Assim, a Geografia escolar deve ensinar conteúdos que proporcionem ao aluno a compreensão da complexidade de sua realidade espacial e o desenvolvimento de habilidades intelectuais que o auxiliem nesse entendimento. Isso vai além do que simplesmente descrever dados e informações de lugares, para fins de sua memorização, como se tem visto tradicionalmente. Tal concepção está baseada no socioconstrutivismo, que propõe uma relação de ensino/aprendizagem pautada em princípios metodológicos, que consideram a subjetividade do aluno e o seu desenvolvimento intelectual (Cavalcanti, 2012). Para essa autora, o ensino é fundamentado em três fatores: o aluno, o professor e a matéria. O aluno, no processo de ensino e aprendizagem, já vem com certos conhecimentos e, a partir deles, é que ele segue a sua trajetória de construção do conhecimento. O professor é o mediador das relações do aluno com o conhecimento. A Geografia escolar é mediadora da relação dos alunos com a realidade. Por isso considera-se relevante integrar a Geografia como matéria escolar, uma vez que ela promove o desenvolvimento de habilidades e do raciocínio espacial, considerado elemento importante na compreensão da realidade.

Pode-se afirmar, então, que há a imbricação dos caminhos da Geografia acadêmica e da Geografia escolar. Essa é executada pelo professor, que obtém referências da Geografia acadêmica e da Didática da Geografia para a sua prática. Segundo Shulman (*apud* Cavalcanti, 2012), o professor orienta sua prática na combinação do conhecimento a ser ensinado e o conhecimento didático de como ensinar. A esse respeito, Chevallard (*apud* Cavalcanti, 2012),

analisa o processo de transposição didática e o considera como a a passagem do conhecimento acadêmico ao conhecimento que é ensinado. Nesta concepção, a transposição orienta a formação dos conteúdos escolares e fornece orientação à Geografia escolar.

Segundo Cavalcanti (2012), para o desenvolvimento do raciocínio espacial, faz-se necessária a formação de conceitos. Nesse sentido, as proposições de Vygotsky (*apud* Cavalcanti 2012), constituem-se importantes contribuições à Geografia escolar, na medida em que o processo de formação de conceitos no educando, tem relação direta com seu cotidiano vivido. Desse modo, a Geografia escolar deve conjugar os conceitos científicos dessa área do conhecimento, com a vivência das crianças, jovens, adultos e idosos, para que o processo de construção de conhecimento seja estruturado de modo significativo e em bases que permitam a identificação que os conceitos científicos estudados relacionam-se aos conceitos cotidianos. Nessa perspectiva, é a Geografia cotidiana experienciada pelos alunos, juntamente com a Geografia científica, que proporcionam a reconstrução dos conhecimentos e sua melhor compreensão pelo aluno, sujeito do processo de construção de seu próprio conhecimento.

Os conteúdos da Geografia devem ter significação na vida dos alunos, considerar sua vivência, promover o entendimento de sistemas conceituais e trabalhar a parte emocional e social dos alunos, além da intelectual e racional. Não é simplesmente saber as definições do conteúdo didático, é necessário que eles consigam aplicar essas informações na realidade que eles presenciam, analisando e compreendendo o seu cotidiano. O ensino nessas bases propicia a ligação da realidade com os conhecimentos científicos.

Há de se considerar, ainda, que a formação de conceitos pelos alunos é o desenvolvimento do pensamento geográfico, segundo Cavalcanti (2012). Nesse sentido, essa autora propõe uma metodologia para o ensino de Geografia - o socioconstrutivismo - dentro do qual são consideradas algumas categorias, essenciais para análise do espaço, a saber: lugar, paisagem, território e cidade.

Com relação ao primeiro conceito, concebe-se o lugar como um elemento do espaço urbano, que permite identificar a localização do objeto estudado. Está imbricado ao conceito de identidade, que é oriundo da interação das pessoas com o seus lugares que, ao se identificarem com eles, geram vínculos afetivos e desenvolvem um sentimento de pertencimento ao lugar. Ele é constituído na relação do local com o global. Analisa-se o

universo vivido pelas pessoas, o cotidiano, na relação e comparação com realidades e referências mais globais.

O conceito de paisagem refere-se à percepção do espaço pela visão, é o que se vê numa determinada área. Como afirma Callai (2000, p. 110), “a paisagem é a imagem, a representação do espaço em um determinado momento”. As paisagens são a expressão visível dos lugares, nas quais estão contidos aspectos subjetivos e históricos que dão sentido e significado aos elementos que podem ser observados. A construção desse conceito é importante no ensino de Geografia, para o entendimento de que os espaços têm uma forma visível (que é a paisagem), mas carrega um conteúdo que é resultado da dinâmica de transformação da sociedade.

O território é entendido como a ocupação e apropriação do espaço com demarcação de limites entre a propriedade de cada um. É constituído nas relações sociais e de poder que determinam seu uso. Em sala de aula é importante considerar o que o aluno concebe por território, pois há muitos territórios que ele presencia em seu cotidiano, quer seja no exercício de suas atividades, ou nos espaços que frequenta. É necessário que os alunos reflitam sobre os diferentes territórios em sua vida e na sociedade e se percebam como atuantes em sua constituição. Também é preciso que eles entendam os conflitos territoriais em escalas regionais e mundiais, que fazem parte da sociedade.

O conceito de cidade é muito importante, pois possibilita que outros conceitos geográficos, como o de lugar, território e paisagem sejam trabalhados concretamente. É um conceito que trata de um assunto complexo e é preciso que o aluno desenvolva habilidades, forme alguns conceitos, pense de maneira interdisciplinar e obtenha muita informação para entendê-lo. A cidade é formadora de pessoas e sociedades. Ela molda os indivíduos que nela vivem e o seu modo de vida. Sua complexidade permite análises com enfoques multi e interdisciplinares. Nessa perspectiva, a Geografia se utiliza de certas categorias que direcionam o olhar sobre a cidade, para a compreensão do urbano: escala intra-urbana e dinâmica interna da cidade (produção, circulação, habitação). A escala intra-urbana possibilita obter uma compreensão aprofundada da estrutura interna da cidade, como a vida cotidiana, a cultura e cidadania, mas não exclui análises regionais e globais, c. A produção consiste nas pessoas que habitam e atuam na cidade, suas atividades e a produção do espaço que delas decorre. A circulação refere-se à movimentação de pessoas e objetos (mercadorias) que participam dessa produção. A moradia refere-se a um âmbito complexo que é uma

necessidade das pessoas; a lógica de produção do espaço habitacional obedece ao capitalismo e está sujeita ao Estado e às imobiliárias.

Assim, propõe-se o estudo do espaço urbano, por meio da cidade. Nessa, além do sítio natural, existe o sítio social produzido pelas pessoas que fazem escolhas seletivas das áreas desse sítio (Santos 2000 *apud* Cavalcanti 2008). Mas como o seu modo de vida é baseado no modo de produção capitalista, as moradias das áreas centrais são pertencentes aos que detêm mais capital, pois são esses que tem condições de arcar com o custo das áreas centrais, dotadas de serviços e equipamentos urbanos, o que lhes confere uma valorização quando comparadas às que não dispõem dessas vantagens. O processo de produção do capital utiliza a indústria, os meios de circulação, a matéria-prima, os consumidores e cria meios para a manutenção e reprodução desse processo. A produção do espaço urbano se realiza para atender a essa condição do sistema capitalista. O urbano é o local característico da industrialização e reprodução do capital e das classes sociais (Gouvêa, 2010).

No contexto das cidades, principalmente as centrais e as mais desenvolvidas, ocorre o fenômeno da aglomeração urbana. Essa acontece pela necessidade de minimizar o tempo e maximizar a rapidez na circulação do capital. Assim, a cidade capitalista tem sua finalidade em atender às demandas do capital. Mas o urbano não se limita ao fenômeno econômico. Ele é resultado dos processos de um período histórico, abrangendo aspectos políticos, sociais, ideológicos, além dos econômicos; ele é um modo de vida (Carlos, 2008).

A Geografia analisa a cidade e a vida urbana na perspectiva da espacialidade, sendo o seu objeto de estudo o espaço geográfico. O espaço é uma instância social. Ao mesmo tempo em que abrange os objetos da Natureza, engloba também a sociedade que nele está contida. Milton Santos (1985) o coloca como sendo um sistema e os elementos que o compõe, subsistemas. Ele deve ser entendido na sua totalidade, de modo que possa ser fragmentado para análise e depois reconstituído o todo. Assim cada estrutura que o compõe é um sistema em relação ao espaço total que é um sistema maior.

Santos (2008) também apresenta o espaço como um conjunto de fluxos e fixos, nos quais os fixos são os elementos firmados nos lugares e os fluxos são resultado da ação humana que modifica os lugares. Por outro lado, trabalhando-se com outras categorias, configuração territorial e relações sociais, Santos dá outra explicação para a compreensão do espaço: a configuração territorial. Essa é o conjunto de sistemas naturais de uma área,

juntamente com outros sistemas de intervenção humana, que são as obras feitas pelo homem. Ela tem sua materialidade própria, mas sua existência social e, portanto real, é dada pelas relações sociais. Desta forma, o espaço é constituído pela configuração geográfica, mas também pelas relações sociais que dão vida ao que é material; pelos sistemas de objetos e sistemas de ação (Santos, 2008) que interagem e são inseparáveis.

A cidade é, basicamente, “uma aglomeração de pessoas (habitantes e visitantes) e de objetos (casas, ruas, prédios)” (Carlos, 1992 *apud* Cavalcanti, 2012). É concebida como a materialização da divisão socioeconômica e espacial do trabalho (Carlos, 2008). Na cidade se concentram as pessoas e os meios de produção e isso realiza-se em consonância com a concentração do capital. Ela é um instrumento do processo de produção e é onde as pessoas podem se apropriar de um espaço de acordo com o sistema de produção em que está inserido. No capitalismo, essa apropriação do solo acontece como no mercado, pelo processo de troca. Com isso, a cidade é comercializada como um produto, como aponta Carlos:

Assim, a cidade aparece como um bem material, consumida de acordo com as leis da reprodução do capital. Este processo tem por característica fundamental produzir um produto fruto do processo de trabalho considerado como processo de valorização, que seja mercadoria e que se realize através do mercado. No caso do espaço urbano ele é um produto que possui um valor de uso e de troca específicos: como produto do processo, ele é mercadoria, como condição para produção, é capital fixo (CARLOS, 2008, p.85).

O ser humano precisa ocupar um lugar para viver. Mas ele não somente ocupa o espaço, também o produz. Como coloca Marx e Engels (*apud* Carlos, 2008), os homens utilizam a natureza, os meios de existência já elaborados, para produzirem e reproduzirem sua existência e o que eles fazem determina o que são e o seu modo de vida. Então, o espaço urbano manifesta o modo de vida das pessoas. O urbano é produto da história do homem, mas implica na sua vida atual.

A produção do espaço urbano se percebe na vida das pessoas, na ocupação de um lugar em um dado tempo. As atividades do processo produtivo, quer sejam de produção, circulação, serviços, mercado, se concentrarão em zonas específicas para atender a condição geral da produção. Deste modo, as habitações serão ocupadas nos diferentes lugares conforme a função que o indivíduo desempenha na sociedade.

Diante disto, emergem relações conflituosas, pois há a disputa pelos espaços internos da cidade e quem orienta as apropriações é o mercado capitalista. Neste, para se ter a posse de um terreno é preciso pagar por ele, sendo o espaço uma mercadoria. Por isso, certas pessoas podem obter determinadas áreas, pois têm poder de aquisição da propriedade privada, e ditar a classe que irá ocupá-la, excluindo as demais e caracterizando um processo de segregação socioespacial. Sobre isso, Cavalcanti com referência a Villaça (1998) comenta que:

A segregação é um processo por meio do qual classes e grupos sociais vão se concentrando em determinadas regiões ou bairros da metrópole. Ou seja, as classes sociais que podem escolher onde morar na cidade o fazem definindo regiões a serem valorizadas. [...] Ao fazerem isso, provocam a segregação daqueles que não podem escolher seu local de moradia. (CAVALCANTI, 2012, p. 110)

A segregação urbana é um processo mais característico nas grandes cidades, em que há maior divisão socioespacial do trabalho no capitalismo (Cavalcanti 2012). Refere-se ao privilégio da classe dominante na apropriação do espaço e à tendência das diferentes classes ocuparem diferentes lugares. Nessa perspectiva, o espaço urbano obedece a uma lógica de produção dentro da sociedade capitalista. Os espaços intra-urbanos são formados baseados na racionalidade capitalista, na qual as pessoas que detêm mais capital ocupam o centros das cidades, enquanto as que tem menos poder aquisitivo se alocam em lugares periféricos à cidade. Com isso surgem na cidade lugares contraditórios de diferentes classes e grupos, e acontece o fenômeno da segregação urbana.

A produção do espaço urbano se refere ao espaço como um fator de produção social que é construído e reconstruído por meio das relações que ocorrem. Analisar a produção do espaço implica em considerar a cidade na lógica da produção capitalista:

A produção do espaço urbano capitalista tem sua lógica fundamentada na necessidade de aglomeração que tem o capital, mas também na necessidade de ocultar contradições sociais. Isso faz com que essa produção resulte em diferentes lugares, de diferentes classes sociais e de diferentes grupo - lugares contraditórios (Cavalcanti, 2012, p. 68).

Sobre esta temática Santos (2008) coloca que a racionalidade capitalista é contraditória, assim sendo, sob a ótica dos menos favorecidos existe uma contraracionalidade, isto é, certa parcela da população que não tem condições de aderir à racionalidade dominante é marginalizada economicamente e tem que ocupar os lugares mais distantes e desprovidos de recursos da cidade. As contraracionalidades são produzidas por essas pessoas excluídas socialmente e se contrapõem à racionalidade do capital.

A contradição entre capital e cidade conduz os indivíduos ao exercício da cidadania e os atentam para o direito à cidade, um direito de cidadania (Cavalcanti 2008). A cidadania está relacionada historicamente ao cotidiano da cidade. Ela é entendida como o exercício do “direito a ter direitos”, como coloca Cavalcanti. Os movimentos sociais atuam na organização coletiva da sociedade para a conquista do direito à cidadania, e portanto, do direito à moradia; as próprias pessoas marginalizadas, mas despertadas para a sua cidadania é quem são os atores para que um cenário de mudanças aconteça. No entanto, a conquista da permanência definitiva no lugar e de uma expansão territorial são advindas e dependem de ações políticas que favoreçam tal organização da sociedade.

Na dinâmica da organização e apropriação do espaço urbano, conforme constata Paviani (2009), pode se perceber alguns agentes fundamentais desse processo, são eles: o Estado, as empresas imobiliárias e os cidadãos/ habitantes. A estruturação e apropriação do espaço urbano acontece em consonância com a ação do Estado, proprietário da terra, na área de habitação, e da atuação do empresariado e do movimento social urbano. Um aspecto que reflete na apropriação do espaço é o valor da terra que concede bom lucro aos proprietários de terras urbanas, principalmente em alguns núcleos específicos. Nesses núcleos é onde se concentra o poder e reside a classe dominante, pois há uma valorização da terra com elevação do preço dos imóveis e a classe popular é obrigada a morar nas periferias empobrecidas. Com isso, “pode-se dizer que o urbano é instrumentalizado pela burguesia, que segrega as classes populares pelo preço da terra, colocando o espaço a serviço do modo de produção capitalista” (Gouvêa, 2010, p.85).

Outro fator que influencia na estruturação do espaço urbano, como aponta Gouvêa (2010) é a ideologia. Esta age de forma a beneficiar a classe dominante em detrimento da classe popular, sem que ela perceba. O Estado contribui para a ideologia da classe dominante pois é o proprietário das terras e, na medida em que as valoriza, favorece a apropriação desta classe. Esta também é uma forma de segregação social em que o Estado utiliza-se do espaço residencial para controle político e ideológico.

A ação governamental na área de habitação sempre se fez com o intuito de segregar e controlar as classes populares. Mas o Estado não beneficia somente a classe dominante. Em certos períodos, vê-se na história, o Estado busca fornecer benfeitorias à classe popular, concedendo terras a ocupações irregulares, em épocas de eleições a fim de buscar garantir sua próxima candidatura, como no caso do governo Roriz no DF (1988-1989), que determinou a

fixação de algumas ocupações em áreas valorizadas, sendo que o próprio governo, antes, considerava tal ação impossível. É certo que isso também é resultado da mobilização e organização popular.

A ação do governo varia de acordo com o que mais convém que se faça para garantia dos seus interesses políticos e também em decorrência da mobilização dos movimentos populares. No Distrito Federal, na década de 1970, o governo adotou uma política de erradicação de quaisquer ocupações irregulares e forte repressão à população destes locais. Já na década de 1980, no período em que se aproximavam as eleições, em contrapartida, o governo adotou uma política de urbanização e fixação das ocupações irregulares.

De acordo com a Secretaria de Serviços Sociais de 1988, em três anos foram assentadas 41.640 pessoas com o programa Promorar (Gouvêa, 2010). No entanto, foram atendidas prioritariamente as famílias de menor poder aquisitivo, ocasionando grande mobilidade social, pois desta forma a força especulativa com as classes superiores eleva o preço dos imóveis e a população de menor renda acaba por se mudar. Esse fato é visto principalmente nas proximidades dos centros de emprego das cidades (satélites) com índices elevados de mobilidade social em habitações do Promorar (1983-1985).

No governo Roriz (1988-1989), vê-se a utilização da concessão de habitações pelos mesmos interesses eleitoreiros. Mas essa “concessão” gerava um custo alto à população de baixa renda, pois indo morar em lugares distantes dos postos de trabalho, ainda tinha que dispende parte significativa do seu salário com transporte diário. Nesse sentido, observa-se que o governo nunca esteve interessado em verificar as reais necessidades de habitação da população de baixa renda. Sempre criou medidas por interesses eleitoreiros, que somente ofertava moradia de baixa qualidade à população pobre. Mas o movimento popular sempre se manteve em posição de resistência e contrário às propostas do governo, pois era evidente que o que lhes era oferecido não correspondia às necessidades da população.

Pode-se constatar na história do DF que existem vários embates entre a população e o governo. Nesses embates, as conquistas das populações foram decorrentes de muitas lutas. Como exemplo pode-se citar o caso dos moradores do Paranoá, em 1980, que lutaram pela urbanização e fixação da cidade (Reis, 2000), e os casos da Vila Planalto e Vila Telebrasil, que depois de muitos anos de luta, conseguiram ter direito à moradia no local em que estavam estabelecidos desde os primórdios da construção da nova capital.

Brasília, desde sua criação, é apresentada como símbolo da união nacional, representando um esforço de todos para o progresso e desenvolvimento do país. A arquitetura e o Estado colocavam este ideal, pois a sociedade também tinha que se apropriar da cidade, como obra coletiva. Mas o que se constata é que longe de um interesse coletivo e de unidade nacional, Brasília é resultado da iniciativa privada, dos interesses dos arquitetos e empreendimentos imobiliários que encontraram na capital uma oportunidade única de realização do capital imobiliário (Bicca, 2010).

Para a garantia dos seus interesses e o impedimento de críticas, foi feita e existe ainda hoje a manutenção do projeto original que legitimou a profissão dos arquitetos no país. Isto impediu as possibilidades de críticas aos mesmos, logo que se permitisse a crítica à cidade, também se colocariam em risco os responsáveis pelo seu projeto (Bicca, 2010).

De acordo com o geógrafo Campos (2010), na organização espacial de Brasília é possível depreender a segregação residencial. Esta é um fenômeno estruturado em conformidade com as relações sociais capitalistas, que provém das intermediações entre os agentes e suas atividades na constituição do espaço urbano. Segundo ele, a ordenação do espaço urbano de Brasília contém características provindas do contexto de sua construção, pois estrutura-se a partir do plano urbanístico que, desde o início, dita regras de produção e apropriação do espaço, que favorecem os agentes e instituições da “alta produção” (Campos, 1988 *apud* Campos, 2010). As unidades habitacionais são construídas em série com padrões definidos para atender aos segmentos específicos da sociedade e isso já caracteriza a segregação residencial, pois “(...) desde a formação deste espaço, registra-se uma maior diferenciação dos padrões habitacionais para os diferentes segmentos sociais, assim como sua seletivização” (Campos, 2010, p.112).

Campos (2010) acrescenta que o Plano Piloto, desde o início da construção de Brasília, já era o espaço urbano destinado à pequena burguesia e ao funcionalismo público federal, enquanto as cidades satélites eram formadas por migrantes trabalhadores, em sua maioria, da construção civil que exerciam pressão ao Estado na expectativa de morar próximos aos canteiros de obras. Como o governo, em nome da ordem e do cumprimento às regras do plano urbanístico, queria evitar essas ocupações, ele interviu para não deixar alternativas de moradia a esses trabalhadores de menor renda, no núcleo residencial central. No entanto, após a construção e inauguração de Brasília há uma diminuição do ritmo de realizações do ramo imobiliário, causando certa estagnação na indústria da construção civil, o

que diminuiu a oferta de emprego no setor, concomitante ao aumento significativo no número de habitantes em Brasília. Campos (2010) explica que isso vai caracterizar uma crise social, que pressiona o Estado a conceder espaço de moradia a essa população. Nesse momento o papel do Estado foi de exercer forte controle social e agravamento das desigualdades sociais.

A medida tomada pelo Estado foi de transferir esses assentamentos para lugares distantes e desprovidos de urbanização. Nesse sentido, Gonzales (2010) afirma que entre 1970 e 1975 houve um aumento na população do DF de 68%, sendo que somente 3,6% representava o incremento da população de Brasília. Desde 1959 a ocupação das chamadas cidades-satélites ocorreu de forma prematura, em detrimento da ocupação de Brasília (Plano Piloto). Outro dado interessante mostra que em 1976, o número de famílias do DF era de 140.618, sendo que existiam somente 80.313 residências definitivas no DF. Ou seja, neste ano havia 60.305 famílias vivendo em habitações provisórias ou se comprimindo nas habitações já existentes. Diante disso, Gonzales (2010) indica que:

(...) o panorama dos núcleos satélites é o de predominância de habitações precárias (provisórias e/ou de áreas mínimas), com excesso de moradores por unidade residencial. A tendência é enfatizar-se esta situação através da proliferação das más condições de alojamento, em determinados e cada vez mais extensos setores, em contraposição com a produção, em setores selecionados, das melhores e cada vez mais sofisticadas condições de habitação. A tendência, portanto, é piorar a situação de precariedade e superlotação das habitações, principalmente dos núcleos satélites. Os dados do PNAD/76 do IBGE permitem calcular que 54,6% da população urbana do DF vive em dormitórios utilizados por 5, 10 ou mais pessoas (GONZALES, 2010, p. 122).

Assim percebe-se que os moradores transferidos de Brasília para as chamadas cidades satélites dividiam entre si um número insuficiente de habitações, além de serem as piores habitações. Então, a justificativa de transferência desses moradores, em virtude da forma precária em que moravam, em barracões de madeira velha e lata (Paviani, 2010), se mostrava enganosa, pois ao serem transferidos, eles não passaram a morar melhor, somente favoreceram a ideologia da razão e ordem da capital (Bicca, 2010).

A respeito disso Reis afirma:

Muitos dos migrantes que construíram a capital: prédios e inclusive moradias, não têm acesso a estas. Ficam ao relento, sem ter onde morar. Esses “candangos” (como são chamados os operários construtores de Brasília) ficam à margem da vida social, cultural e econômica da cidade. Aliás, como é próprio da lógica da natureza de

todos os capitalismos (intrinsecamente produtoras de exclusão e desigualdade social, econômica e cultural) e no caso brasiliense e brasileiro não é diferente. Esse acontecimento histórico desmistifica, inclusive, a concepção socialista-igualitária da arquitetura e do plano urbanístico de Brasília (REIS, 2000, p.11).

A história de Brasília é marcada por essas contradições no espaço urbano. Assim como na história, muitas vezes, Juscelino Kubstchek, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa são apresentados como os construtores de Brasília, como heróis, esquecendo-se a história dos excluídos, os candangos que se doaram e tiveram que se submeter “ao ritmo despótico de um canteiro consumidor de muitas vidas” (Bicca, 2010, p. 194), nas escolas de Brasília, a história dessas cidades periféricas e segregadas urbanamente, muitas vezes, não é contada. Os alunos que moram em Taguatinga ou Ceilândia tem sempre que estudar Brasília e lhes é ocultada a história do lugar de sua própria vivência.

Por isso, Leite (2011) coloca que o estudo do lugar de vivência do aluno é algo fundamental de se trabalhar em sala de aula. O estudo do lugar demonstra a sua importância na medida em que pressupõe a valorização das peculiaridades local e do indivíduo e sua história/vivência. O saber de cada um é valorizado, como também o lugar percebido diferentemente pelas pessoas é fator de enriquecimento da prática pedagógica. O indivíduo consegue conceber o seu espaço e compreender aspectos ao seu redor, atribuindo significados e refletindo sobre as coisas da vida; ele consegue ter um olhar mais apurado, vendo não somente o superficial da paisagem, mas o sentido dos elementos que a compõe, pois tudo tem uma explicação, uma razão de ser.

É de extrema relevância também, pois diz respeito à identidade; o indivíduo consegue associar toda a temática discutida em sala de aula a ele mesmo, tornando o estudo muito mais significativo para ele. Isto tudo possibilita o desenvolvimento do sujeito com uma perspectiva de cultura, cidadania e criticidade. Como aponta Leite (2011, p. 236) “conhecer o lugar é uma possibilidade de desenvolvimento do sentido de identidade, de pertencimento a algum grupo, a um dado espaço, a um território, a uma cultura”.

CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

2.1 Caracterização do lugar

A Vila Telebrasília localiza-se no Setor de Clubes Esportivos Sul (SCE/SUL), final da Asa Sul, ao lado do Centro Universitário Unieuro entre o Lago Paranoá e a Avenida das Nações, contida nos limites da Região Administrativa I (RA-I - Brasília) do Distrito Federal. Possui privilegiada localização pela proximidade com o Plano Piloto e fácil acesso a pontos importantes em Brasília, tais como o Aeroporto Internacional de Brasília JK que fica a sul da Vila, o Jardim Zoológico de Brasília a oeste, a Rodoviária Interestadual a noroeste, a Ponte das Garças sobre o Lago Paranoá a leste da mesma e a quadra 416 Sul a norte da mesma, estando bem próxima a estes locais.

Figura 1: Localização da Vila Telebrasília



Fonte: LACERDA, Hiatiene Cunha de. O Desenho da Percepção Afetiva: o caso da Vila Telebrasília - DF. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/8738?mode=full>>. Acesso: 15/05/2014.

A via que dá acesso à Vila é a L4 Sul. Ela possui três acessos de entrada e saída, uma em cada extremo do lugar e uma no centro, próxima ao campo de futebol, que é considerado o acesso principal. Ela é dividida em ruas, sendo que a principal é a Rua 1 que está no centro do lugar, perpassando de uma extremidade à outra. As ruas delimitam quarteirões de diferentes tamanhos e formas irregulares, assim como os lotes têm diferentes comprimentos. Na imagem a seguir, é possível visualizar os acessos principais pelas setas vermelhas que os indicam:

Figura 2: Acessos da Vila Telebrasília



Fonte: Google Earth

O transporte público do qual a comunidade tem acesso são ônibus e corresponde ao principal meio de transporte utilizado pela população. Em frente à Vila existem dois pontos de parada de ônibus na via L4 Sul. A população se utiliza de ônibus que vem de algumas cidades satélites e de Goiás, pois não existem linhas próprias para o destino Vila Telebrasília. Porém, há uma linha chamada “Grande Circular” (105.2), que passa dentro do local por toda a extensão da rua 1, entrando pelo acesso a oeste e saindo pelo acesso a leste, próximo à Unieuro, conforme a figura que se segue:

Figura 3: Paradas de ônibus



Fonte: Google Earth

2.2 Metodologia

A pesquisa desenvolvida é de base qualitativa, uma vez que foi feito um estudo de caso, buscando-se as narrativas das pessoas para identificar os significados conferidos ao lugar, além de análise documental com os materiais disponibilizados pela AMAT e fotos do Arquivo Público do DF. A pesquisa qualitativa, atualmente, tem sido muito utilizada no estudo de fenômenos que envolvem os seres humanos e as relações sociais em variados espaços. Caracteriza-se por estudar um fenômeno numa perspectiva integrada, no contexto em que ocorre e que faz parte. Assim, quando em campo, o pesquisador parte do ponto de vista das pessoas nele envolvidas e vários dados são coletados e analisados para a melhor compreensão do fenômeno (Godoy, 1995).

Primeiramente, buscou-se identificar as fontes de pesquisa disponíveis sobre o local e foram identificadas e analisadas as seguintes: dissertação de mestrado sobre a Vila Telebrásília; escrita por uma ex-aluna da Universidade de Brasília na área de Arquitetura e Urbanismo; um livro denominado Direito a memória e moradia: realização de direitos

humanos pelo protagonismo social da comunidade do Acampamento da Telebrasília; o projeto de urbanismo recolhido junto a Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (SEDHAB); fotos do Arquivo Público do DF; um estudo socioeconômico realizado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN); e uma reportagem do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário e o Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus). Diante desses materiais, procurou-se também entrevistar pessoas que vivenciaram a história da comunidade, que são importantes representantes da população e moradores há mais de 25 anos no lugar: o Seu Antônio e a Dona Neide.

Eles são pessoas de referência na comunidade por participarem ativamente do período de luta e resistência desde o início do acampamento, e também por conhecerem com propriedade os acontecimentos, as pessoas e parceiros envolvidos, e a história como um todo, além de serem membros da AMAT durante um longo período. Nesse sentido, foram efetuados contatos com esses pioneiros, para agendamento de horários para realização de entrevistas. A primeira entrevista foi feita com a Dona Neide em sua própria residência. Dona Neide, 57 anos, casada, cearense, comerciante, chegou no Acampamento há 30 anos atrás e há 20 anos é membro da AMAT. Num outro dia, entrevistou-se o Seu Antônio, maranhense, casado, também membro da associação, chegou ao Distrito Federal em 1980.

As entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada. Foram feitas algumas questões norteadoras das conversas, nas quais os entrevistados respondiam e no decorrer da conversa, por vezes, se faziam outras indagações e comentários, com o intuito de deixá-los à vontade para explicitar o máximo de informações. Utilizou-se um gravador de áudio, com a autorização dos entrevistados, para que as conversas pudessem ser ouvidas posteriormente e transcritas. Após a transcrição das conversas, foi feita a sistematização das entrevistas.

As questões das entrevistas tinham como objetivo resgatar a memória da Vila Telebrasília na perspectiva dos moradores. Assim, indagou-se sobre o motivo de vinda para Brasília e para a Vila, o período de chegada dos moradores ao Acampamento da Telebrasília, a situação das pessoas que ali moravam e quem eram elas, o processo de conquistas dos direitos da população por moradia, saneamento básico, energia elétrica, asfalto etc., o processo de regularização e recebimento das escrituras dos lotes, o trabalho da AMAT, os principais parceiros, órgãos, instituições e pessoas que ajudaram no processo de luta, a opinião acerca da cidade e as necessidades de melhoria atuais.

Além das entrevistas, houve um momento de busca de dados em órgãos oficiais. A primeira visita foi feita à Administração Regional de Brasília onde se teve acesso à Norma de Gabarito (NGB) da Vila. Depois foi feita visita ao SEDHAB, localizado no Setor Comercial Sul, mas este nos encaminhou para o SEDHAB da 507 Sul, onde se tem a mapoteca para se conseguir maiores informações. Na visita ao SEDHAB foi possível recolher o projeto de urbanismo da cidade. Posteriormente, foi-se ao Arquivo Público do DF, onde foi feito um pedido de pesquisa para se conseguir fotos da Vila Telebrasília desde a construção de Brasília. Depois foi preciso outra visita para a visualização das fotos do lugar, e depois eles nos disponibilizaram as fotos por email.

Com as informações coletadas, foi feita uma sistematização para construção da narrativa histórica do lugar. Obtiveram-se informações dos documentos disponibilizados pela AMAT, das entrevistas, das fontes bibliográficas citadas e dos documentos obtidos em órgãos oficiais e as sistematizou-se para a constituição do texto.

CAPÍTULO 3 - RESULTADOS

3.1 História da Vila Telebrasília

3.1.1 De 1956 a 1990

A Vila Telebrasília nasceu em 1956 para abrigar os trabalhadores da Construtora Camargo Corrêa e servir como canteiro de obras da usina de concreto. Em 1963, esta empresa vendeu o acampamento para o Departamento de Telefonia Urbano e Interurbano (DTUI), sendo assim o nome que antigamente era Acampamento Camargo Corrêa passa a ser chamado Acampamento da DTUI. Mais tarde esta empresa passa a se chamar Companhia Telefônica de Brasília (COTELB). Por fim, na década de 1970 esta companhia muda de nome, passando a se chamar Telebrasília. Assim a localidade ficou conhecida como Acampamento da Telebrasília.

Entre a década de 1960 e 1970, parte dos moradores da comunidade passa a morar em outras localidades do DF, permanecendo ainda alguns moradores que relutaram em sair dali. Nesta época, havia em todo o país movimentos para a redemocratização do Brasil que se encontrava no período do Regime Militar. Em Brasília começava a se organizar o Partido dos Trabalhadores, o qual tinha algumas frentes de trabalho. Uma delas era o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) que esteve presente no Acampamento da Telebrasília por meio de um jovem militante, João de Almeida e Silva, que mais tarde seria um dos líderes da comunidade.

O morador, juntamente com outros jovens do movimento, iniciou um processo de mobilização política da comunidade, chamando a atenção da população principalmente para a falta de serviços básicos. Esta organização já tinha a pretensão de fundar uma Associação de Moradores que se concretizou somente em 1986. Essa mobilização era um espaço de discussão dos problemas enfrentados pela comunidade, levantando reivindicações e buscando a melhoria da qualidade de vida da população. Lutavam por instalações de água, luz, caixa de Correios, parada de ônibus, entre outros. Contudo a única reivindicação que conseguiram foi a caixa de Correios e a venda de selos em uma mercearia do acampamento em 1981. Então os

moradores não vendo grandes resultados a partir de suas discussões deixam de comparecer às reuniões, enfraquecendo, portanto, o movimento que chega ao fim neste mesmo ano.

A década de 1980 foi um período em que surgiram várias Associações de Moradores em Brasília, o que impulsionou a busca por uma Associação de Moradores do Acampamento. Por isso a população requer a volta do antigo movimento de jovens que buscava atender aos interesses da comunidade. Então em 1982, ele volta e inicia um novo processo de conscientização da luta e organização comunitária. A partir disso se vislumbrou uma nova tentativa de formação da Associação, mas por falta de estratégias de trabalho não se concretizou. Porém, se faz necessário ressaltar que em 1983 a comunidade realiza uma grande festa Junina, demonstrando o amadurecimento da organização dos moradores.

A Associação de Moradores nasceu para atender a comunidade, mas foi fundada por alheios a ela que chegaram ao acampamento de surpresa e a constituíram no ano de 1986. Segundo João de Almeida, este grupo fundador estava vinculado a partidos políticos. Neste período o então presidente João Barcelos conseguiu financiamento para fundar uma fábrica de sabão, mas logo em seguida abandonou o cargo por suspeitas de desvio de recursos para uso próprio. Sendo assim, a comunidade toma a frente dos trabalhos da Associação de Moradores do Acampamento já fundada.

A escolha dos novos dirigentes foi feita por meio de eleição. No primeiro ano de atuação desta diretoria, a Associação não conseguiu se consolidar por fragmentação da mesma. Em 1987, um grupo liderado pela Dona Divina, como é conhecida na comunidade, assume a gestão. Nesta gestão, há a conquista de uma creche financiada pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a doação de tiquetes de leite da Secretaria de Ação Comunitária (SEAC), do governo do Presidente José Sarney. Como se pode perceber, o trabalho da Associação nesta época tinha um caráter assistencialista e ainda não havia uma preocupação quanto a uma estratégia política de luta pelo lugar.

Em 1988, uma nova diretoria assume a Associação de Moradores e tem como objetivo principal a fixação do Acampamento da Telebrásilia. Isto porque estavam acontecendo muitas derrubadas de lotes pelo governo em outras ocupações, como a do Paranoá. Diante disso, a população resolve se mobilizar contra a ação do governo. Pois também nesta época o Governo José Aparecido tinha a política de “Retorno com dignidade” em que se buscava retirar as pessoas dessas ocupações para regressarem às suas cidades provenientes. Muitas vezes essa

tentativa de remoção acontecia de forma violenta, o que levou os moradores a cada vez mais se unirem e fortalecerem a luta para resistirem ao governo. Segundo Gonçalves (1998), “O uso de violência por parte do Estado, em determinados momentos suscitou o despertar do direito à moradia enquanto noção de resistência, de defesa do barraco que servia de abrigo”.

Com isso, nasce também o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) que serviu de suporte para esses moradores que se encontravam em situação de risco quanto as suas moradias. Eles ofereciam informações e assistência, de forma a deixar a população mais consciente e preparada para os embates com o governo. Esses movimentos em prol da parada de derrubada dos barracos obtêm êxito por meio de uma ação baseada na Lei de Proteção dos Animais (Lei nº 24/645, de 1934). A população entra com esta ação e o juiz concede, havendo também um desgaste do governador José Aparecido nesta questão.

Logo em seguida, no final de 1988, o GDF é assumido por Joaquim Roriz que foi nomeado pelo então presidente da República, José Sarney. Cessa o estado de terrorismo causado pelo governo anterior e se colocam promessas de atendimento à causa habitacional pelo novo governo. Em 1989, a AMAT consegue uma audiência com o governador que comparece no local e promete a fixação. Fica decidido que o Conselho de Meio Ambiente Urbanismo e Arquitetura (CAUMA) daria um parecer, declarando a possibilidade de fixação do Acampamento, mas o que acontece é que o governo se omite e o parecer não é concedido.

Diante disto, o movimento busca outras estratégias para fortalecer a luta pela regularização. Por meio da secretária de Meio Ambiente e do Departamento do Patrimônio Histórico (DEPHA) obtêm um parecer favorável à fixação. O governo propõe à AMAT remoção para as cidades de Taguatinga e Riacho Fundo, mas esta não aceita. Ainda em 1989 é feito um estudo para verificar a possibilidade de fixação do acampamento e a Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) detecta 701 famílias residindo no local.

Em 1990, o mesmo governador é eleito, permanecendo à frente do GDF. Devido a total influência dos governos para o desencadear dos processos de conquistas ou não de benfeitorias nas cidades e a relevância que apresentam para a história das mesmas, os tópicos a seguir serão divididos de acordo com os anos de mandato dos governos eleitos no Distrito Federal para continuar a explanação da história da Vila Telebrasília. Sendo a partir da década de 1990 o período de luta mais intensa da população para a conquista da fixação do lugar e o direito à moradia no mesmo.

3.1.2 De 1990 a 1994 - Governo Roriz

No ano de 1990, o Governo Roriz é eleito e juntamente com ele os primeiros deputados distritais. O movimento popular de Brasília consegue eleger o representante Eurípedes Camargo, peça fundamental para a conquista da fixação do Acampamento. Eurípedes após conversa com a comunidade apresenta um projeto de fixação do Acampamento. Vinte e dois deputados da Câmara Legislativa assinam abaixo assinado declarando estarem a favor do Projeto de Lei que determinava a fixação dos moradores da Telebrasília.

Em janeiro de 1991, o deputado Eurípedes Pedro de Camargo do Partido dos Trabalhadores (PT) apresenta o Projeto de Lei nº 08/91, determinando a fixação do Acampamento da Telebrasília no próprio local onde está estabelecido. Em fevereiro, os moradores fazem manifestação contra a parcialidade do GDF quanto aos novos moradores. Em setembro do mesmo ano, a Lei 161/91 que determinava a fixação definitiva do Acampamento no próprio local que estava é vetada pelo governador Joaquim Roriz. Mas a Câmara derruba o veto, aprovando a lei em 1991 por 13 votos contra 3 e 4 abstenções:

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu promulgo, na forma do § 5º, do Artigo 2º do Decreto Legislativo nº 01, de 1991, desta Casa, combinado, por analogia, com o § 7º do artigo 66 da Constituição Federal, a Lei nº 161, de 4 de setembro de 1991:

Art. 1º - Fica instituído oficialmente o “Acampamento da Telebrasília” situado no final da Asa Sul entre o Lago do Paranoá e a via L-4 Sul.

Art. 2º - A fixação do acampamento da Telebrasília é competência da Secretaria do Desenvolvimento Social, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e Secretaria do Meio Ambiente Ciência e Tecnologia.

Parágrafo Único - Todo o processo de fixação deverá seguir a orientação da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMATEC, a qual deverá considerar os resultados do relatório de Impacto Ambiental - RIMA para o setor, elaborado por empresa especializada convocada pelo GDF, acrescido das alterações e complementações julgadas procedentes e audiências públicas do respectivo - RIMA. (DISTRITO FEDERAL, 1991, p.1)

Este dispositivo ainda apresenta, no seu artigo 3º, os critérios para a fixação dos moradores, como também a questão do domínio de lotes comerciais.

Art. 3º - Para a fixação dos moradores no Acampamento da Telebrasília serão obedecidos cumulativamente os seguintes requisitos:

I - Estar residindo no Acampamento da Telebrasília há 03 (três) anos, ininterruptamente, na data de publicação desta Lei.

II - Estar incluído no último levantamento sócio-econômico, realizado no Acampamento da Telebrasília pelo órgão competente do GDF.

IV - Havendo impossibilidade para que todos cadastrados sejam fixados no local, o excedente deve ser assentado em outro ponto do DF, que tenha toda infraestrutura.

V - Terão prioridade para ser fixados no Acampamento da Telebrasília os moradores que comprovarem maior tempo de moradia no local.

§ 1º - Terão prioridade para aquisição das áreas reservadas para o comércio, os microempresários, estabelecidos no Acampamento da Telebrasília, no mínimo há 03 (três) anos.

§ 2º - Aplica-se subsidiariamente o Regulamento do cadastro de pretendentes à moradia no Distrito Federal. (DISTRITO FEDERAL, 1991, p. 1)

A Lei nº 161 é então promulgada; agora a luta seria para se fazer cumprir a lei. Ela determinava que para se ter a fixação era necessário se fazer o Relatório de Impacto Ambiental (Rima). Mas o governador não agia para que este fosse feito. Em dezembro de 1991 foi publicada a Lei Orçamentária anual nº 224, deferente ao Exercício Financeiro de 1992 e foi destinada verba relacionada à Execução de Obras de Urbanização ao Acampamento. Mas o governo estava silenciado. Então, a AMAT impetrou Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar contra o Secretário de Obras e Serviços Públicos do DF, José Roberto Arruda.

O governador Roriz não desistiu e descumprindo a lei fez uma campanha de remoção dos moradores para o Bairro da Telebrasília, Quadra 1, no Riacho Fundo; e mudam do Acampamento cerca de 400 famílias. A AMAT permaneceu contrária ao governo e estabeleceu uma relação conflituosa com ele. Nesta época saiu uma reportagem da Revista Istoé, anunciando que o Governo Roriz acabara com a última favela do DF. As famílias que cederam e foram para o Riacho Fundo se tornaram rivais aos que permaneceram, como relatou o Seu Antônio, ex-presidente da Associação dos moradores da Vila Telebrasília.

O governo também fazia campanhas de forma que se colocava a população de Brasília contra os moradores da Telebrasília. Durante muito tempo estes sofreram forte discriminação e também comentários de que a Vila “estragava” a paisagem de Brasília, conforme os entrevistados relataram. Também os próprios moradores, que outrora participaram da luta, depois de atenderam às propostas do governo e se mudarem, se sentiram mais sensatos do que os outros que quiseram resistir e permanecer na luta.

Como nem todos os moradores se mudaram, o governo tentou enfraquecer a resistência da comunidade convencendo os líderes das igrejas Católica e Evangélica a retirarem igrejas que estavam na Vila, conforme relato do Seu Antônio:

Eles foram nas igrejas e disseram “olha, quem for primeiro ganha lá um local, só tem lugar pra uma igreja. Se os evangélicos forem primeiro, eles quem vão ganhar, se a igreja católica for primeiro, é ela quem vai ganhar”. Queriam jogar um contra o outro, 51c. Por isso que tem uma situação que isso serve até de exemplo pra nós. Na hora de maior dificuldade você só pode contar com você mesmo porque quem está do seu lado, a igreja que você frequenta, ninguém vai estar, você é quem vai ter que se virar. Porque, olha só, tinha a Assembléia de Deus e eles foram lá na matriz, na central, e convenceram o pastor a tirar a igreja. E eles vieram e arrancaram. O pastor Valdeci resistiu. (...) E aí quando a gente viu isso, já fomos direto na comissão. O João e eu fomos no Dom Roberto que era o arcebispo de Brasília: “está acontecendo isso e isso e a nossa igreja vai ser derrubada, que já derrubaram a dos evangélicos”. E ele: “Não, não, de jeito nenhum. Não vai tirar não”. E sabe o que aconteceu? Foram lá e conseguiram autorização dele pra derrubar a igreja. (Seu Antônio Carvalho. Presidente da AMAT. Entrevista concedida à autora)

Os moradores contam o fato da derrubada das igrejas com grande pesar. Estas instituições tinham um valor simbólico para a comunidade e naquele momento de luta e sofrimento, como eles contam, era algo que feria a identidade deles com o lugar, pois as igrejas muitas vezes eram tidas como um abrigo para os moradores que estavam sendo oprimidos. O pastor da Igreja Evangélica desobedeceu a ordem da igreja superior e rompeu com a mesma, permanecendo no Acampamento com seus membros. A AMAT entrou com uma ação de Manutenção de Posse e conseguiu uma liminar que suspendeu as derrubadas.

Neste momento a comunidade passou a receber apoio de várias entidades dispostas a contribuir com a causa, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil e a UnB. Esta em 1992 se colocou à disposição para, juntamente com a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, elaborar o RIMA. Mais tarde o governo derrubou a liminar e conseguiu derrubar algumas casas. Conforme Seu Antônio, nessa época o Acampamento “parecia assim uma cidade depois de uma guerra, tudo revirado”.

Mas a AMAT conseguiu sair vitoriosa desta situação, restabelecendo a liminar junto ao Tribunal de Justiça. Nesse contexto, foi publicado uma reportagem no jornal Folha de São Paulo, em maio de 1993, intitulada “Brasília erradica favelas e incha periferia e grupo resiste à remoção”. O governo, a todo o momento, divulgava na mídia o seu trabalho de erradicação de favelas. Mas esta é uma época em que o movimento de resistência na comunidade se fortaleceu, quando os moradores começaram a ver que sua causa era possível de ser

conquistada. “Foi um período que quanto mais o governo investia contra nós, mais a comunidade ficava unida” (*idem*).

Em 1993, a Associação de Moradores por meio de João Almeida apresentou denúncias ao Promotor Dr. Vandir da Silva Ferreira, da Promotoria de Defesa do Cidadão, contra o GDF por descumprimento da Lei 161/91 e solicitou providências. A Promotoria respondeu determinando que o GDF fizesse o RIMA num prazo de 30 dias. Porém o que este fez foi definir um prazo para remoção do Acampamento, até novembro de 1993. O pastor da Igreja Evangélica e a AMAT, assistidos pela Ordem dos Advogados do Brasil/DF, impetraram Ação de Manutenção de Posse contra a Sociedade de Habitação de Interesse Social pela derrubada, de forma violenta, das igrejas. Eles conseguiram a liminar de manutenção que suspendia qualquer ato turbatório à posse dos moradores. O clima de tensão foi também vencido pelas eleições de 1994, momento em que Governo Cristovam Buarque é eleito.

3.1.3 De 1995 a 1998 - Governo Cristovam

O cenário mudou totalmente com o governador Cristovam Buarque sendo eleito. Ele era o candidato favorito pela comunidade, tido como a esperança para os moradores. A preocupação que se tinha na ocasião, era de conseguir o Rima. Após a insistência da comunidade e a cobrança ao governo para o cumprimento dos prazos, esse relatório foi feito. Posteriormente, o governo encaminhou a feitura do projeto urbanístico.

Para a elaboração desse, se contou com a equipe de Arquitetura da UnB. Essa procurou fazer um projeto que atendesse às exigências ambientais que estavam sendo postas, realizando um minucioso trabalho. Ele foi aprovado, os lotes foram distribuídos aos moradores e começaram as obras de infraestrutura. O governo Cristovam ainda entregou os títulos de posse da terra aos moradores, o que significou o reconhecimento de seu direito de morar.

Em 1998 foi lançado um decreto que aprovou o projeto urbanístico de parcelamento da área do acampamento, em conformidade com as normas de edificação, uso e gabarito vigentes no período. O Decreto nº 19.807, de 23 de novembro de 1998, criou cerca de 500 lotes, segundo reportagens. A partir daí, foram instalados os sistemas de rede elétrica, esgoto

e abastecimento de água. Assim o Acampamento da Telebrasília passa a se chamar Vila Telebrasília.

Logo em seguida, vêm as eleições e Cristovam perdeu; quem ganhou foi Joaquim Roriz, antigo algoz dos moradores.

3.1.4 De 1999 a 2006 - Governo Roriz

O governo Roriz venceu as eleições e novamente se estabeleceu uma preocupação geral da comunidade. Um órgão fortemente desfavorável à fixação da Vila, desde o início, foi o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Até este momento o IPHAN já fizera 11 pareceres contrários à fixação. Baseado nisto, em 1999, o governador Roriz revogou o Decreto do governo antecessor com o Decreto nº 20.221, de 10 de maio de 1999, alegando que a justificativa de preservação da memória da construção de Brasília e beneficiamento de pioneiros não procedia. Assim a Vila Telebrasília novamente passou a sofrer a negligência do governo.

O governador Roriz ainda em clima de campanha, dissera que era uma questão de honra erradicar a favela da Telebrasília, conforme relato dos entrevistados. Assim, depois de eleito, iniciou um novo trabalho de remoção do Acampamento da Telebrasília, desta vez, ofertando lotes no Riacho Fundo 2. No entanto, a comunidade, contando com a assessoria jurídica da UnB (NAJUDH), entrou com recurso contra a ação do governo, o que retardou o processo.

A AMAT e a comunidade nunca foram favoráveis à remoção. O Seu Antônio relata um fato que ocorreu nesta época, em reunião com o governador Roriz:

(...)Na hora em que ele foi se levantando, dizendo que não tinha mais nada a dizer, pra gente se virar, a dona Domingas se levantou e disse “não, agora você vai ter que nos ouvir (...) me diga uma coisa, por um acaso você tem coragem de trocar esse seu terno por um de estopa?” E ele disse: “ah, mas vocês têm que me respeitar...” E ela disse “não, da mesma forma, você acha que nós vamos trocar as nossas moradias, o nosso local onde vivemos, por um buraco desse que você está nos oferecendo?” (*Idem, ibidem*).

Mudar a população de lugar acarretaria na destruição do valor histórico-cultural do Acampamento. Esta que construiu a sua história naquele lugar, e ainda, que se agregou à história de Brasília compondo-a também, não poderia mudar dali; era um desrespeito à luta da comunidade, além de ser um descumprimento da lei. Além disso, a oferta de lotes do governo era para lugares longínquos e o Acampamento se localiza em um lugar privilegiado, a comunidade não queria se abster desse direito.

O governo criou, então, um projeto para revogar a lei 161/91. A AMAT tinha uma gravação antiga, da época de eleições passadas em que o governador Roriz foi ao Acampamento e disse que “só mexia com a Telebrasília, quem não gostava de Brasília”. Esta gravação foi levada à Câmara Distrital e exposta, de forma que levou as pessoas a questionarem a postura do governo, que numa época fez tal discurso à comunidade e depois queria fazer um projeto para invalidar a lei. Nesse momento, os moradores contaram ainda com a Comissão de Direitos Humanos da OAB, que apoiou o movimento em defesa do Acampamento. Isso tudo pressionou o governo.

Segundo Seu Antônio, nesta época o governo, para não se dar por vencido, fez uma pesquisa para levantar a opinião da população do DF, acerca do Acampamento da Telebrasília, no sentido de identificar quem era a favor e contra a sua permanência no local. Se a maioria fosse contra, ele mandaria retirar. Quando saiu o resultado da pesquisa, apurou-se que a maioria era a favor da permanência da população no local. Então o governo não insistiu mais nessa questão e comunidade conseguiu ter seus desejos atendidos.

Esse é o básico do que nós passamos, porque tem muita coisa (...) por isso que realmente aqui tem história. Porque assim, quem leva vantagem geralmente são os poderosos. Se essa terra não tivesse valor, a gente não ia dar esse trabalho. Quem mora lá naqueles assentamentos pra lá, eles não vão fazer perseguição porque a terra não interessa. O problema é que um lugar desse, valioso como este aqui, pra quem é empresário desse ramo sabe. Hoje, olha só, um dado: o metro de terra mais caro de Brasília é no setor Noroeste, aquela área nova lá que até brigaram com os índios, expulsaram os índios. Pra você ter uma ideia, um apartamento de 100 m² o valor é 1 milhão e meio. Hoje nós estamos aqui e o menor lote daqui do Acampamento deve estar em torno de 240 metros. Pra você ver que quem mexe com essa área de valores, o quanto isso ia render pra eles, quantos apartamentos não poderiam ser feitos. Essa foi a nossa maior dificuldade, foi vencer isso. (...) Mas conseguimos. (*Idem, ibidem*).

Outro forte opositor à fixação da Vila foi a especulação imobiliária. Nesse sentido, e de acordo com Velasco (2009, p. 6) que faz referência aos depoimentos de José Geraldo ex

reitor da UnB e apoiador do processo de luta da Telebrasília: “Foi uma batalha de Davi contra Goliás: de um lado, o Governador do DF, a TERRACAP, o IPHAN, a especulação imobiliária, a imprensa. De outro as famílias humildes, em sua maioria parentes dos pioneiros que vieram construir Brasília.”. Foi um longo período de luta árdua dos resistentes moradores.

A comunidade continua lutando, agora, pela urbanização. Em 2004, o IPHAN divulgou um parecer favorável à permanência dos moradores na Vila e isso colaborou nas negociações. O governo prometeu a urbanização aos moradores, mas nada fez. As obras só começaram a ser feitas no próximo governo, a partir de 2006.

3.1.5 De 2006 a 2010 - Governo Arruda

O governo Arruda ganhou as eleições e houve certa preocupação da comunidade, porque o governador participara do Governo Roriz anteriormente. Entretanto, surpreendeu os moradores, pois é nessa gestão que a Vila é, finalmente, regularizada e os moradores ganham a escritura dos lotes. Com apenas 6 meses do seu mandato ele iniciou as obras de asfaltamento. Nesse sentido, a população que sofria com a poeira e lama e por isso fez a campanha “Asfalto Já”, com várias manifestações, foi atendida.

Em 2008 são outorgados os títulos de propriedade aos moradores. São também feitas obras de infraestrutura. É concedida a feitura da chamada Praça da Resistência (local histórico marcado, onde ocorreram as principais resistências da comunidade em prol do direito de morar no lugar) e o Campo de Futebol com grama sintética, dois elementos que já faziam parte do plano urbanístico e agora são implementados. Outra conquista da comunidade foi uma linha de ônibus (105.2 - Grande Circular) que passou a integrar a Vila ao seu trajeto, passando por dentro do local, oferecendo maior comodidade à população.

1.2.6 De 2010 aos dias atuais

O governo Agnelo quase nada fez no local, até o momento, senão a instalação de lixeiras públicas, colocadas na praça. Atualmente o que falta na Vila, segundo os entrevistados é uma creche, para atender às mães que precisam trabalhar e não tem onde

deixar os filhos. A creche existiu e funcionou durante muito tempo na comunidade, desde 1988, mas sempre com a ajuda de patrocinadores, sendo uma organização filantrópica; os pais pagavam somente uma taxa simbólica. Ela foi consolidada como o Centro de Integração Comunitária e Educacional (CICED). Porém, foi fechada no ano passado, pois estava sem patrocínio, sem verba que a mantivesse.

Outra necessidade da comunidade é uma escola, pelo menos de Ensino Fundamental porque os moradores consideram perigoso o trajeto que as crianças têm que fazer para chegar as suas escolas, geralmente na Asa Sul. Também é necessário a criação de um Centro Comunitário, pois a população não tem local adequado para realizações de reuniões, e atendimento/prestação de de serviços comunitários. Outro ponto de carência da Vila, de acordo com o atual presidente da Associação, é o Centro de Memória da Vila Telebrasília, para resguardar todo o material que se tem sobre a luta do lugar e disponibilizar à exposição permanente, servindo como fonte de pesquisa sobre os que se interessam por conhecer o lugar e também como patrimônio, memória de todo esse processo vivido pela comunidade, e preservação da história. A população também deseja a feitura dos projetos que se tem no plano de urbanismo, como um parque ecológico e as 3 praças urbanizadas.

3.2 Mudança da paisagem

Conforme mencionado anteriormente, a paisagem é a expressão visível do lugar, tudo o que está ao alcance da visão quando observamos um espaço. Por meio dela, pode-se constatar e obter muitas informações acerca do lugar relacionadas à história, às relações ali desenvolvidas, às finalidades e utilização de cada área etc. Quando observamos as paisagens do mesmo lugar em distintos momentos, podemos ter a percepção das mudanças ocorridas, bem como fazer inferências das prováveis causas dessas transformações. Isso foi feito com as imagens a seguir obtidas no Arquivo Público do DF. Não foi possível obter a informação quanto à data de cada uma delas, mas pelas mudanças percebidas na paisagem, é possível supor o período aproximado e a ordem cronológica das mesmas.

Figura 4 - Vila Telebrasilíia 1956



Fonte: Arquivo Público do DF

Figura 5 - Vila Telebrasilíia 1956



Fonte: Arquivo Público do DF

Estas fotos datam do período inicial da construção de Brasília, pois ainda não existe o Lago Paranoá. Tendo em vista que as obras de construção do Lago foram iniciadas somente em 1957, supõe-se que estas fotos sejam de 1956 aproximadamente. Pode-se perceber que só

existe a demarcação de alguns espaços, mas ainda não há a incidência de habitações no local. Nas fotos a seguir, poderá se perceber o surgimento de alguns barracos na área da Vila Telebrasília, mas ainda com a presença de muitas árvores e várias áreas verdes.

Figura 6 - Aglomeração do Acampamento da Telebrasília



Fonte: Arquivo Público do DF

Na Figura 6, fica evidente o espaço destinado ao campo de futebol no canto superior à direita, a demarcação de algumas ruas tortuosas, a disposição desordenada das habitações, várias áreas verdes, a via L4 na parte superior e a saída principal da Vila, ao lado do campo de futebol.

Figura 7 - Acampamento da Telebrasília



Fonte: Arquivo Público do DF

Figura 8 - Acampamento da Telebrasília e final da Asa Sul



Fonte: Arquivo Público do DF

Nas figuras 7 e 8, pôde-se perceber os prédios do final da Asa Sul na parte de cima, evidenciando a proximidade da Vila em relação a ela.

Figura 9 - Acampamento da Telebrasília



Fonte: Arquivo Público do DF

Figura 10: Acampamento da Telebrasília e final do Lago Paranoá



Fonte: Arquivo Público do DF

As figuras 9 e 10 mostram a Vila sob outro ângulo, no qual é possível verificar a ponta do Lago Paranoá na parte superior. A figura 6 mostra a entrada/saída principal da Vila, fortemente marcada no canto inferior esquerdo. Esta ainda permanece atualmente.

Figura 11: Vila Telebrasília e Lago Sul



Fonte: Arquivo Público do DF

Na figura 11, fica evidente no canto inferior direito outra entrada que dá acesso a Vila e que também permanece atualmente. Também é possível perceber as casas do Lago Sul que ficam atrás da Vila, na parte superior da foto.

Figura 12: Acampamento da Telebrasília e Asa Sul



Fonte: Arquivo Público do DF

Nesta figura 12, é possível visualizar na parte superior à esquerda a Asa Sul e à direita o Lago Paranoá. Nota-se que ainda não existe o setor de embaixadas sul; atualmente, em frente à Vila está localizada a embaixada do Iraque. Também se pode observar dois grandes retângulos na Vila que, na época, eram dois campos de futebol. Atualmente só existe um campo de futebol na cidade, o que fica próximo à via L4. Este outro espaço, visto na foto na parte inferior, ao centro, como veremos adiante, é o espaço destinado a uma escola, conforme o plano urbanístico da cidade; mas ela até hoje não foi construída.

Figura 13: Acampamento da Telebrasília e Lago Paranoá



Fonte: Arquivo Público do DF

Nesta imagem, aparece muito evidente o Lago Paranoá e as habitações do Lago Sul. Também é possível perceber a Ponte das Garças e a Ponte Costa e Silva que foi inaugurada em 1976, o que faz-nos supor que a foto pode ter data de aproximadamente 1980.

3.3 A Vila Telebrasília atual

Atualmente, a Vila Telebrasília se consolidou, foi urbanizada e conta com alguns espaços de lazer, comércio, igrejas e segurança como poderá ser visto nas fotos a seguir.

3.3.1 Lazer

Figura 14: Campo de Futebol



Foto de Juliana Borges

Este é um importante espaço de lazer e encontro da comunidade, inaugurado em 6 de abril de 2008. A Vila Telebrasília possui dois times oficiais, chamados: Vila Verde e Sem Chance Futebol Clube. Neste campo também são realizadas competições com outros times das cidades do DF. Vale ressaltar que este é um campo de grama sintética, um dos maiores desse tipo no DF. Ele está localizado em frente à Vila e, por isso, foi colocada também neste ponto a placa com os escritos “Vila Telebrasília - Aqui tem História”, para que todos aqueles que passam em frente à localidade possam ser provocados pela frase que é como o “slogan” do lugar.

Figura 15 - Praça da Resistência



Foto de Juliana Borges

A Praça da Resistência possui este nome pelos fortes embates históricos que ocorreram no local no período de luta pela fixação. Os moradores contam que este foi um lugar de muita resistência da população ao governo. Ela possui orelhões, bancos de assento, mesas de jogos, mesa de ping pong, parquinho, pista de skate e uma grande árvore antiga que faz com que esta praça também seja conhecida por “Praça da Árvore”. Foi inaugurada em março de 2009.

Figura 16 - Parquinho



Fonte: <http://pcdobbrasil.com/2014/03/31/vila-telebrasil-ganha-moderno-parquinho-infantil/>

O parquinho da Vila Telebrasília até pouco tempo não era como o da foto acima. Este parquinho foi inaugurado no ano de 2014 numa parceria entre a Administração Regional de Brasília e uma empresa privada, seguindo padrões modernos de segurança. Está localizado no centro da Praça da Resistência.

Figura 17: Pista de Skate



Foto de Juliana Borges

A pista de Skate também está localizada na Praça da Resistência e é utilizada pelas crianças, adolescentes e jovens da Vila.

Figura 18 - PEC: Ponto de Encontro Comunitário



Fonte: <http://eudesantos.wordpress.com/>

O Ponto de Encontro Comunitário está localizado ao lado do campo de futebol. Existe em várias cidades do DF e na Vila, assim como os demais, é um lugar de prática de atividades físicas que é utilizado por pessoas de todas as idades, embora esses equipamentos sejam recomendados à terceira idade.

Figura 19 - Quadra de Esportes



Foto de Juliana Borges

A quadra de esportes é antiga e precisa de uma reforma. É a única no lugar, por isso os moradores ainda a utilizam mesmo nesse estado de conservação, mas é grande a reivindicação pela sua melhoria há muito tempo. Até hoje os pedidos não foram atendidos.

3.3.2 Comércio

A Vila possui algumas oficinas, borracharias e lava-jatos. Além disso, existe no local uma farmácia aberta há pouco tempo, lojas de material para construção, uma padaria, uma loja especializada em ciclismo, lojas de roupas, alguns restaurantes, bares e lanchonetes, bem como alguns mercados.

Figura 20: Oficina



Foto de Juliana Borges

Figura 21 - Oficina



Foto de Juliana Borges

Figura 22 - Mercado



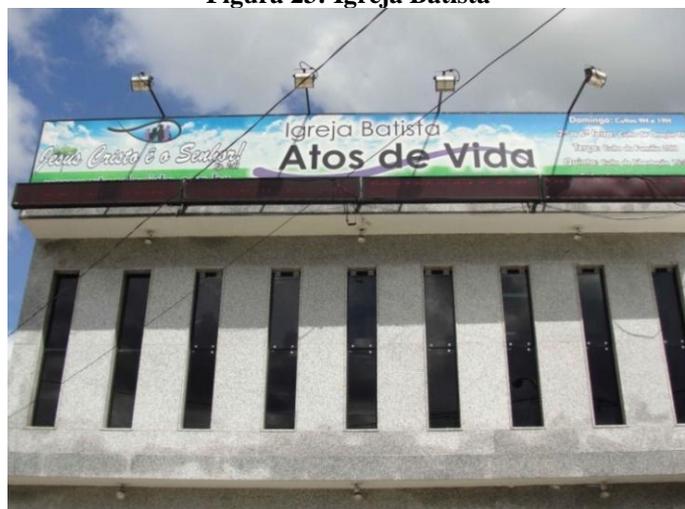
Fonte: <http://www.sindjusdf.org.br/pdf/revista/revista55.pdf>

Existem 3 mercados na Vila: o Mercado São Jorge, o Mercado São Francisco e o Mercado Família. Este último é o mercado cuja proprietária é a Dona Neide, uma dos entrevistados.

3.3.3 Igrejas

A Vila possui uma Igreja Católica e cinco igrejas evangélicas, dentre as quais: três Igrejas Assembleia de Deus, uma Igreja Presbiteriana e uma Igreja Batista, que é a mais recente no local.

Figura 23: Igreja Batista



Fonte: http://php.iesb.br/pj/index.php?site=napratica_5&area=_&pag=det&id=339

Figura 24: Igreja Assembleia de Deus



Fonte: <http://www.assembleiaviladimas.com.br/navegacao.asp?id=370&pagina=Sub-Congrega%E7%F5es>

Figura 25: Igreja Presbiteriana



Foto de João Figueiredo de Araújo

Figura 26 - Igreja Católica

Foto de Juliana Borges

3.3.4 Segurança

O posto policial foi uma boa conquista da população. Os moradores da Vila e, principalmente, os que lidam com comércio foram vítimas de assaltos várias vezes, por assaltantes que vinham de outras localidades do DF. Com a instalação do posto policial, a incidência desses casos diminuiu.

Figura 27: Posto Policial

Foto de Juliana Borges

3.3.5 Ruas da Vila

Figura 28 - Rua 1



Foto de Juliana Borges

Figura 29 - Rua 8



Foto de Juliana Borges

Figura 30 - Rua 10



Foto de Juliana Borges

3.4 Caracterização da População

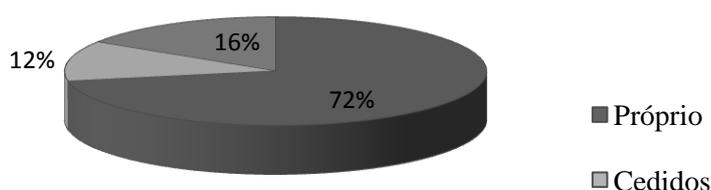
As informações a seguir foram obtidas por meio do Levantamento Domiciliar Socioeconômico da Vila Telebrasília, feito pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) no ano de 2009. Esta foi a segunda pesquisa feita no local, a última que se tem informação até então, das três que estavam previstas, realizada pela CODEPLAN.

Segundo levantamento da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF), na Vila Telebrasília há 425 lotes, sendo que em 50% deles existe apenas um domicílio, em 25% existem dois e no restante existem de três a nove residências por lote. Nos dados obtidos pela CODEPLAN em 2009, estimou-se que a Vila Telebrasília tem um total de 730 domicílios e uma população de 2.920 habitantes com uma média de 4 habitantes por domicílio. A partir disso, foram escolhidas algumas categorias de análise para a caracterização da população: domicílios, posse de bens, aspectos demográficos, grau de instrução, trabalho e rendimento dos moradores.

3.4.1 Domicílios

Em 2009, a maioria dos domicílios era da modalidade casa com 81,7% e outros 15,5% eram de barracos. Ainda hoje existem barracos na Vila, mas a grande maioria são casas de alvenaria. Quanto à ocupação dos imóveis, 72% eram de proprietários, 15,5% alugados e 12,2% cedidos, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Domicílios segundo a condição de moradia

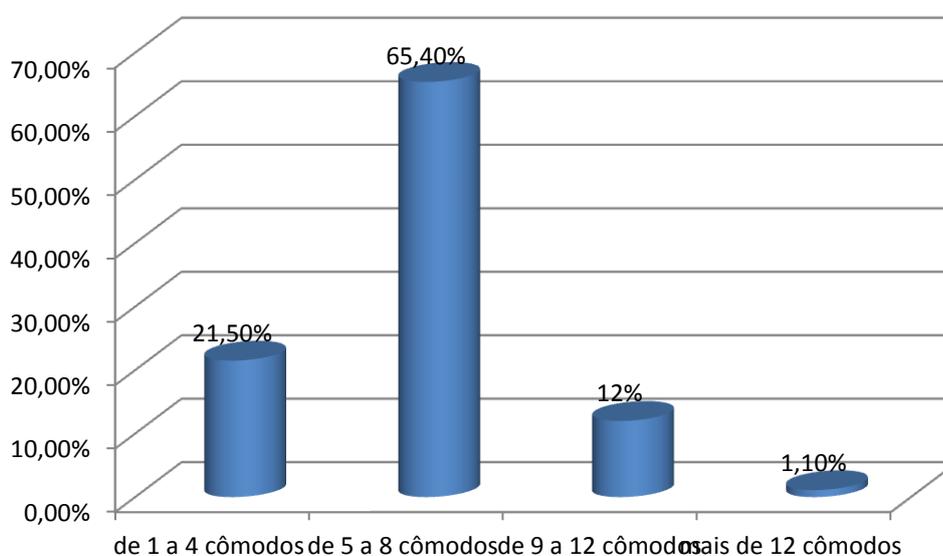


Naquela época, pode se constatar que uma minoria dos imóveis eram alugados, no entanto, hoje a maioria das casas possuem ao menos um domicílio destinado a aluguel, além do domicílio do proprietário. Existem lotes que têm mais de dez domicílios, com apartamentos ou quitinetes pequenos. A procura por aluguéis é grande e vem aumentando nos últimos anos, principalmente devido à proximidade da localidade com o Plano Piloto que é onde a maioria da população produtiva trabalha.

Com relação à documentação dos lotes, 21,5% das pessoas entrevistadas disseram ter a escritura do lote, 47,5% afirmaram possuir documento de Concessão de Uso e 2,9% responderam que têm Contrato de Compra e Venda. A maioria das pessoas recebeu o imóvel do governo local, mas também há os casos de aquisição por terceiros e poucos casos de recebimento por herança. Ainda atualmente, há muitas pessoas requerendo a escritura de seus lotes com o governo. Existem alguns casos pendentes por estarem em local indevido mediante o plano urbanístico da Vila, ou por não se ter a clareza do real proprietário do lote, entre outros casos.

Em se tratando da quantidade de cômodos por domicílio, verificou-se que a maioria, com 65,5%, tem de 5 a 8 cômodos e existem habitações com 1 até 4 cômodos, como nos mostra o gráfico:

Gráfico 2 - Domicílios segundo o número de cômodos



Fonte: Levantamento Socioeconômico da Vila Telebrasília da CODEPLAN.

As residências com mais de 12 cômodos são uma minoria que não possuem outros domicílios no lote e conseguem fazer o aproveitamento de toda a extensão do seu território. A pesquisa mostrou que a maioria dos lotes é de porte pequeno e médio com até 150 m². Somente 0,6% têm áreas de 251 a 350 m² e não foram encontrados lotes maiores do que isso.

Em se tratando das condições de habitabilidade, observou-se que 100% dos domicílios possuem abastecimento de água tratada e mais de 99% das residências são ligadas a rede de esgotamento sanitário. A Vila tem atendimento de coleta de lixo e, quanto à infraestrutura urbana, tem cobertura aproximada de 100% de asfalto, meio fio, calçada, iluminação pública e rede de água pluvial. A maioria da população paga o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), tendo 6,6% de inadimplência.

3.4.2 Posse de bens

A quantidade dos bens em uma residência é um indicador de avaliação que permite analisar o padrão de conforto e qualidade de vida de seus moradores. Está relacionada com a renda dos habitantes, fator que veremos mais adiante.

Os dados colhidos mostram que 33,7% dos domicílios possuem um automóvel e 7,7%, dois ou mais. A bicicleta é utilizada em 18,8% das residências, mas não necessariamente como meio de transporte. A partir desses dados, pode-se constatar que a maioria das pessoas não tem veículo próprio e utilizam o ônibus como principal meio de transporte.

No que se refere aos equipamentos domésticos, os mais encontrados nos domicílios foram o ferro elétrico, a geladeira e o fogão. Em contrapartida, máquina de lavar louça, sistema de segurança e videocassete foram encontrados em somente 0,6% das residências; e máquina de secar roupa não foi encontrada em nenhuma casa.

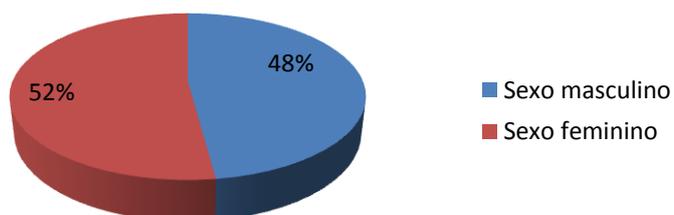
A pesquisa também mostrou que o número de microcomputares ainda é pequeno, com uma média inferior à do Distrito Federal, observada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE/2008; apenas 29,3% dos domicílios o possuem, enquanto a média do DF é 54,2%. A Vila ainda têm carência de Internet Banda Larga de qualidade; muitas redes abrangem até o Centro Universitário Unieuro, que fica ao lado da vila, mas não chega

nas residências da Vila. Isso também acontece com a televisão por assinatura, raramente encontrada nos domicílios, apenas 1,1%.

3.4.3 Aspectos Demográficos

Ao observar a população, quanto ao gênero, verificou-se que a maioria é do sexo feminino com 52,1% e o sexo masculino representa 47,9%. Esta tendência também foi vista na população total do DF com 53% e 47% respectivamente, de acordo com o PNAD/IBGE/2008. Na Vila, a mulher é a chefe da família em 31,5% dos domicílios.

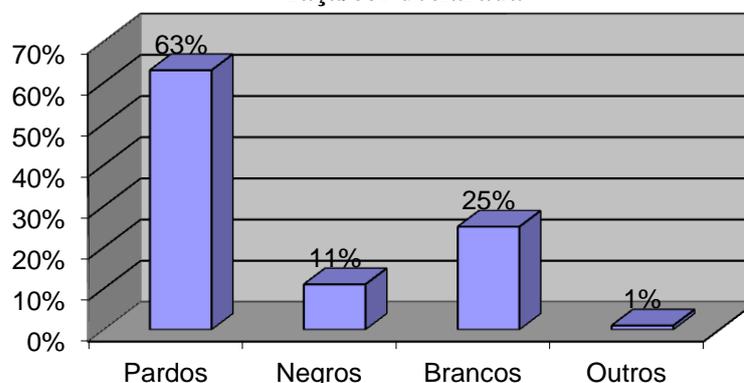
Gráfico 3 - Distribuição da população segundo o gênero



Fonte: Levantamento Socioeconômico da Vila Telebrasília da CODEPLAN.

Com relação à raça, 63,1% se declararam pardos, 11% negros e 25% brancos. Ainda é pouco o número de pessoas que se declaram negras. Vejamos no gráfico:

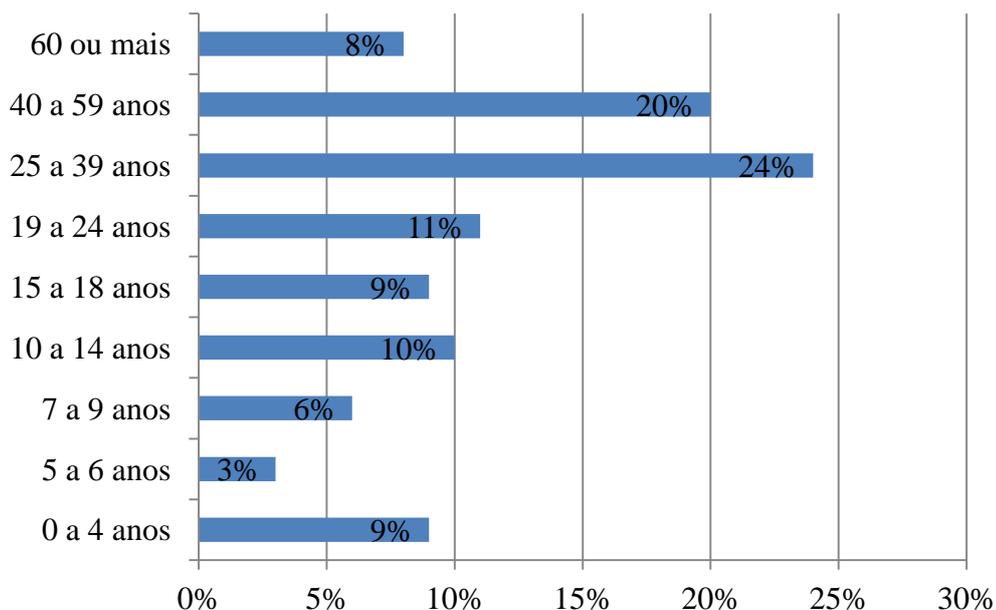
Gráfico 4 - Distribuição da população segundo a raça/cor declarada



Fonte: Levantamento Socioeconômico da Vila Telebrasília da CODEPLAN.

A respeito da faixa etária da população, verificou-se que os idosos com 60 anos ou mais representam 7,7%, enquanto as crianças em idade escolar de 5 a 14 anos representam 19,1% da população local, um número expressivo que mostra a necessidade de políticas públicas voltadas a essas crianças. A maioria da população tem entre 20 e 59 anos de idade.

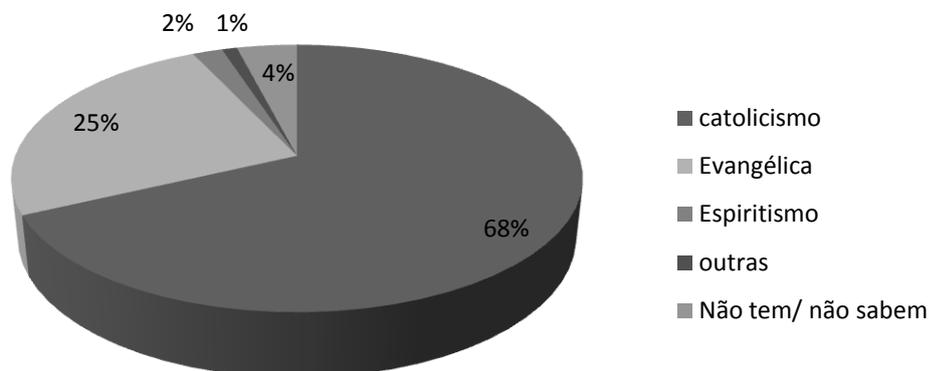
Gráfico 5 - Distribuição da População segundo a idade



Fonte: Levantamento Socioeconômico da Vila Telebrasília da CODEPLAN.

No que se refere à religião, a predominante é o catolicismo, com 68,1%, seguido pelos evangélicos com 24,5%. A Vila, atualmente, possui uma igreja católica e seis igrejas evangélicas, o que demonstra que o número de evangélicos vêm aumentando. Outras religiões também são encontradas, como o espiritismo que corresponde a 2%, apesar de não haver centro espírita na cidade, e religiões de origem oriental e africana. Estas últimas evidenciam um acontecimento percebido na comunidade que é a instalação de grupos africanos, morando de aluguel. Eles formam certas comunidades internas, logo que alugam o mesmo prédio ou lote e são, a maioria, estudantes, inclusive universitários da Universidade de Brasília.

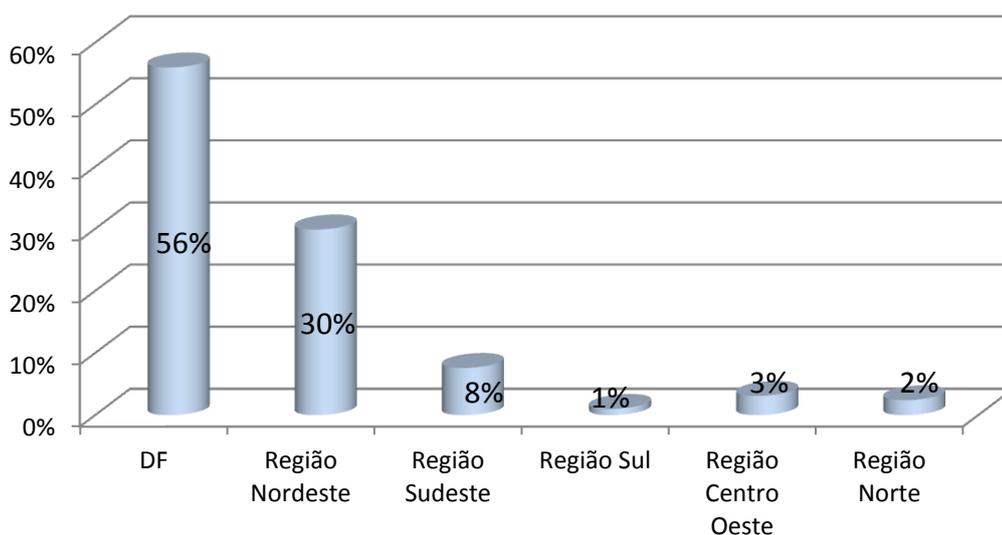
Gráfico 6 - Distribuição da população segundo a religião



Fonte: Levantamento Socioeconômico da Vila Telebrasília da CODEPLAN.

Um aspecto interessante abordado é a vinda dos moradores para o Distrito Federal. O motivo da vinda, na maioria dos casos, é para procurar trabalho. Na Vila, há pessoas de vários estados, de todas as regiões do Brasil, principalmente da região nordeste com cerca de 30% da população. Os estados de maior proveniência dos moradores são Maranhão, Ceará e Piauí. Fora da região nordeste, um estado de origem de muitos moradores também é Minas Gerais.

Gráfico 7 - Distribuição segundo a naturalidade dos moradores



Fonte: Levantamento Socioeconômico da Vila Telebrasília da CODEPLAN.

Um dado observado, como evidencia o gráfico, é que mais da metade da população já é constituída de brasilienses, fato relacionado à faixa etária, pois aproximadamente 40% da população é formada por crianças e adolescentes, certamente nascidos em Brasília.

Em 2009, 53,4% dos moradores moravam na Vila há mais de 15 anos e 20,6% tinham chegado à localidade nos últimos 5 anos. Percebe-se que nos últimos anos tem aumentado a procura por residências na Vila por pessoas de outras regiões administrativas do DF, isto devido à proximidade dela com os locais de trabalho e estudo.

Tabela 1 - Moradores segundo o tempo de moradia na Vila Telebrasília

Tempo em anos	Porcentagem dos Moradores (%)
Menos de 1 ano	1,00
1 a 5 anos	20,00
6 a 9 anos	9,00
10 a 14 anos	17,00
15 ou mais anos	53,00
Total	100,00

Fonte: Levantamento Socioeconômico da Vila Telebrasília da CODEPLAN.

Com relação à época de chegada dos moradores ao Distrito Federal, pode-se perceber que um contingente expressivo de pessoas chegou entre as décadas de 1970 e 1980, caracterizando um aumento significativo da população neste período. Este foi o caso dos dois entrevistados neste trabalho. Também se pode verificar nos dados que ainda existem pioneiros da construção de Brasília que residem em locais nascidos naquela época, como a Vila. Neste caso, os dados mostram que dezesseis moradores chegaram ao DF antes de 1960, fazendo parte, possivelmente, do grupo de migrantes que veio trabalhar na construção de Brasília.

Tabela 2 - Moradores segundo o ano de chegada no DF

Ano de chegada	Porcentagem de Moradores (%)
até 1960	0,60
de 1961 a 1970	4,70
de 1971 a 1980	13,60
de 1981 a 1990	9,70
de 1991 a 2000	8,10
Acima de 2000	4,40
Nascidos no DF	55,70
Não sabe	3,20
Total	100,00

Fonte: Levantamento Socioeconômico da Vila Telebrasília da CODEPLAN.

3.4.4 Grau de Instrução

No que se refere à escolaridade, a maioria dos moradores possui o ensino fundamental incompleto, sendo 38,5%, e o ensino médio completo tem 18,8% da população; apenas 3,7% tem nível superior completo e ainda existem 2,8% da população que são analfabetos com 15 anos de idade ou mais.

Diante dos dados e do que se percebe, muitos jovens têm que começar a trabalhar cedo pela baixa renda da família e, assim, acabam deixando de estudar, muitas vezes não conseguindo completar o ensino fundamental. Outros fatores vistos é a gravidez precoce que deixa muitas adolescentes sem terem condições de estudar por um período e de seguirem os estudos depois por não terem apoio da família ou outro tipo de amparo. Também tem se visto um número expressivo de jovens envolvidos com as drogas desde cedo, o que muito ocasiona a sua não continuidade nos estudos.

Tabela 3 - Moradores segundo o grau de escolaridade

Grau de escolaridade	Porcentagem de Moradores (%)
Analfabetos (15 anos ou mais)	2,80
Sabe ler e escrever (15 anos ou mais)	1,40
Alfabetização de Adultos	2,30
Maternal e Creche	0,60
Jardim / Pré Escola	4,00
Fundamental Incompleto	38,50
Fundamental Completo	6,60
Médio Incompleto	10,20
Médio Completo	18,80
Superior Incompleto	3,50
Superior Completo	3,70
Especialização	0,60
Crianças de 6 a 14 anos não alfabetizados	7,00
Total	100,00

Fonte: Levantamento Socioeconômico da Vila Telebrasília da CODEPLAN.

Com relação à Educação de Jovens e adultos, percebe-se um aumento, ao longo dos últimos anos, do número de pessoas que frequentaram esta modalidade de ensino. A principal escola que atende a essas pessoas é o Centro de Estudos Supletivos da Asa Sul. Também é

realizado na Vila, no espaço de uma igreja presbiteriana, o BB Educar, um projeto de alfabetização de adultos promovido pelo Banco do Brasil.

A Vila não dispõe de creche, por isso o percentual baixo de crianças em creche e maternal. Havia uma creche na Vila que foi fechada há alguns anos, em janeiro de 2012, por falta de financiamento; era uma entidade filantrópica e funcionava em um local inapropriado de forma precária. Mas há um espaço no plano urbanístico da Vila destinado à creche, inclusive alguns governadores já prometeram a construção da mesma, mas até hoje só o que se vê no local da creche é uma placa com os dizeres “Futura creche da Vila Telebrasília”, como mostra a foto:

Figura 31: Local destinado à creche na Vila Telebrasília



Fonte: <http://eudesantos.wordpress.com/page/2/>

A maioria dos estudantes da Telebrasília é de escola pública, correspondendo a 88,8%. Pelo menos um terço da população estuda e 65,4% não estuda.

3.4.5 Trabalho

O levantamento socioeconômico evidenciou que 41,9% da população tem trabalho remunerado, sendo que 90,4% dos trabalhadores da Vila ocupam postos de trabalho na Região Administrativa Brasília - RA I. Isso mostra que a maioria das pessoas que tem trabalho o fazem próximo a sua moradia.

Tabela 4 - Moradores segundo a situação de trabalho

Condição de trabalho	Porcentagem de Moradores (%)
Não tem atividade	5,10
Aposentado	6,50
Pensionista	2,20
Do lar	5,50
Desempregado	5,00
Estudante	16,00
Menor de 10 anos	17,70
Total	100,00

Fonte: Levantamento Socioeconômico da Vila Telebrasília da CODEPLAN.

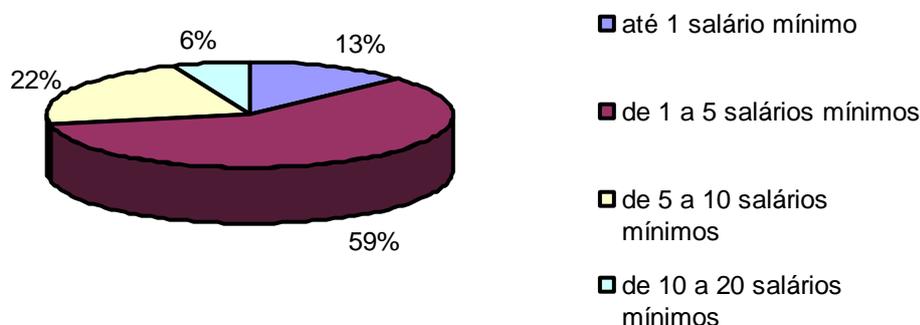
Na própria Vila existem pouquíssimos postos de trabalho que se restringem ao comércio e à prestação de serviços, tais como: oficinas, lava-jatos, mercados, uma pet shop, uma farmácia e lojas de materiais para construção. As atividades remuneradas dos moradores estão centralizadas no comércio, com 11,2%, e nos serviços em geral, 6,9%. Também é significativa a quantidade de moradores cuja fonte de renda provém do aluguel de quitinetes e apartamentos e podem ter sido enquadrados na categoria “não tem atividade”.

A população é basicamente assalariada (22,7%) havendo também alguns autônomos (10,9%), sendo o percentual de empregadores muito baixo, representando 0,1%. Dos empregos informais, os assalariados sem Carteira de Trabalho assinada correspondem a 5,7% e os que não contribuem para a Previdência Social são 14,6%.

3.4.6 Rendimento dos moradores

A renda média domiciliar mensal bruta era de cerca de R\$ 1.940,72, equivalente a 4,2 salários mínimos no ano de 2009, cujo valor era de R\$ 465,00. A renda per capita domiciliar mensal levantada é de R\$ 593,13, equivalendo a 1,2 salários mínimos.

Gráfico 8 - Distribuição dos domicílios segundo da renda familiar



Fonte: Levantamento Socioeconômico da Vila Telebrasília da CODEPLAN.

Assim, percebe-se que a maioria da população é de classe média baixa, sendo significativo também o percentual de famílias da classe baixa que recebem até um salário mínimo por mês. A classe média corresponde a 22% da população.

3.5 Planejamento Urbano

O planejamento urbano de uma cidade consiste em normas de padronização dos edifícios e organização do território. O plano urbano organiza o espaço de acordo com os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano.

O plano urbano da Vila Telebrasília concebido em 2006, é composto pelas as Normas de Edificação, Uso e Gabarito (NGB), o Memorial Descritivo (MDE) e o Projeto de Urbanismo (URB). Este tem como objetivo regularizar a área de ocupação da Vila Telebrasília conforme dispõe a Lei nº 161 de 4 de setembro de 1991 sobre a fixação do antigo Acampamento da Telebrasília. A fixação deste acampamento pioneiro também está em conformidade com a Portaria nº 314, de 8/10/1992, que trata do tombamento da cidade e prevê o estabelecimento desses acampamentos ao afirmar que “são considerados setores institucionalizados todas as partes da cidade de Brasília referidas no Memorial do Plano Piloto ou criadas pela administração durante a implantação da capital e consagradas pelo uso popular” (MDE, 2006, p. 8).

tentativa de invasão nessa área, porém rapidamente foi removida não obtendo sucesso. Segundo o seu Antônio, isso foi uma tentativa de abrigar familiares de determinados moradores, que outrora pertenceram a uma liderança do governo no local, e cabos eleitorais de certo partido. Na verdade a proposta foi um jogo político vetado pela Associação de Moradores que estabeleceu critérios para a conquista do espaço pelos filhos dos moradores. Ainda hoje permanece desocupada esta área, mas já há uma movimentação desse processo de aquisição dos lotes junto à CODHAB/DF.

Figura 34: Movimentação para lotes aos filhos de pioneiros



Fonte: <http://eudesantos.wordpress.com/>

Para a fixação da comunidade da Telebrasília no local, foram analisados os aspectos ecológicos, culturais, históricos e sociais, para verificar o impacto do assentamento nessas instâncias. Com relação à questão ecológica, ele apresenta que durante a ocupação na década de 1950 parte da vegetação nativa foi retirada, no entanto, posteriormente foram plantadas espécies exóticas colaborando para uma paisagem mais natural. Essa preocupação com a questão ecológica ocorre do fato da Vila estar muito próxima ao Lago Paranoá, como também por ter sido um elemento muito discutido na época da fixação da Vila Telebrasília.

Com relação à questão cultural, o memorial descritivo coloca que a fixação do acampamento é um cumprimento do compromisso do Estado no artigo 216 da Constituição em preservar os elementos que compõem o Patrimônio Cultural Brasileiro com relação “à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (MDE, 2006, p. 10).

O plano aponta a importância da preservação do patrimônio imaterial da população que, neste caso se constitui como sendo as formas de expressão e o modo de vida particular da população. Além disso, a história de luta da comunidade contra o processo de segregação urbana é um elemento do patrimônio imaterial de seus habitantes. Não há monumentos a respeito da história, mas sim lugares simbólicos da narrativa do povo, como a Praça da Resistência e o Campo de Futebol.

Figura 35: Campo de futebol antes de colocar grama sintética



Fonte: <http://www.acessepiaui.com.br/files/imagens/fotos/30072010093452203ffaf6c258.jpg>

O Memorial Descritivo, a respeito da questão social, segue uma diretriz que estabelece:

a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerados a situação econômica da população e as normas ambientais. (MEMORIAL DESCRITIVO, 2006, página).

O padrão urbanístico da Vila Telebrásilia está pautado numa nova concepção de planejamento que considera os aspectos socioeconômicos da população e promove a melhoria da qualidade de vida dos moradores com a proximidade ao seu local de trabalho e a “possibilidade de usufruir de equipamentos comunitários e urbanos (...) já existentes no Plano Piloto”.

A Praça da Resistência no plano urbanístico é previsto que seria maior como mostra a planta abaixo:

Figura 36: Projeto da Praça da Resistência



Fonte: Fonte: Memorial Descritivo da Vila Telebrasilíia/2006

Contudo, parte desse território é ocupada por uma residência. Além disso, também estão localizadas nesta área a Associação de Moradores e a Creche que está fechada.

Figura 37 - Propriedade localizada na Praça da Resistência



Fonte: Google Earth

O projeto buscou preservar o padrão existente no antigo Acampamento, a vegetação existente, a estrutura do sistema viário e marcos simbólicos como a Praça da Resistência e o

CAPÍTULO 4 - DISCUSSÃO

A pesquisa realizada na Vila Telebrasília revelou a profundidade e a complexidade de um lugar na cidade. Essa compreensão do lugar foi obtida por meio de alguns conceitos de Geografia, que foram fundamentais à compreensão da realidade e, por conseguinte, da produção do espaço. Nesta pesquisa pôde-se perceber o quanto a cidade possui de história, de aspectos materiais, imateriais, simbólicos, geográficos que estão incutidos na paisagem. Nesse sentido, percebe-se que as palavras da placa, na entrada da localidade, “Aqui tem História”, refletem, efetivamente, a realidade sobre o processo de ocupação e uso dessa terra. Analisando o processo de luta dos moradores da Vila Telebrasília pela aquisição dos seus direitos, principalmente o direito de morar, pode-se entender a lógica da constituição da Capital do Brasil. Brasília, tida com a Capital da Esperança, onde inúmeros trabalhadores vieram com a intenção de melhorar de vida, de conseguir um emprego. Estas pessoas que muitas vezes fugiam de situações adversas no interior do Brasil, vieram em busca de abrigo para as suas famílias, de trabalho e ajudaram na concretização de um grande sonho, a cidade que seria palco de grandes decisões nacionais. Contudo, após construir Brasília se viram na situação de não terem onde morar. Pessoas que construíram tantas moradias não tinham uma própria para se morar. Pelo contrário, o governo que tanto estimulou a vinda desses candangos, quis expulsá-los a todo o custo. Estes trabalhadores enfrentaram todo o tipo de pressão política e condições de vida subumanas para conseguirem ter o direito à moradia, naquela localidade ocupada desde a segunda metade da década de 1950.

No contexto de construção de Brasília, para tentar remediar a situação dos trabalhadores da construção civil, que não tinham onde morar, o governo criou as Cidades Satélites. Isso significou que os operários pioneiros teriam que morar a uma distância cerca de 30 km, ou mais, da cidade que construíram, pois o centro da cidade deveria ser habitado somente pelos funcionários públicos. A lógica de concepção e formação das cidades é a mesma da produção capitalista, em que as pessoas vão ocupando os lugares de acordo com a ordem que ocupam no processo de produção. Assim, os moradores da Vila Telebrasília, como pertenciam à camada popular, não poderiam ocupar um lugar no centro da cidade. Esta é a concepção segregadora de estruturação do espaço intra-urbano. A disposição interna dos espaços urbanos deve obedecer a essa cultura de massas que tenta se homogeneizar e se sobrepor à cultura popular. Assim, nota-se a segregação evidenciada em Brasília, tanto

espacial como social, típica dos países capitalistas. Os interesses políticos e de mercado são vêementemente cumpridos, em detrimento dos interesses da população. Esta somente com muita luta e resistência, por meio de pressões ao governo, é atendida.

Pode-se observar que até mesmo as leis não têm eficácia diante da administração e autoridade decisiva do governo. Os moradores da Telebrasília tinham uma lei para se resguardar e mesmo assim tinham que lutar para que ela fosse cumprida. O governo, mesmo errado por descumprir a lei, ainda tentou convencer os moradores que seriam eles os errados, por serem invasores. A repugnância do discurso do governo é evidenciada pela contradição, quando reconhece o valor histórico, cultural e simbólico da Vila Telebrasília perante Brasília, concomitante às campanhas para erradicação da mesma.

Brasília, que era a esperança dos trabalhadores que vieram ao Planalto Central há 57 anos, logo foi desmistificada por eles, quando se perceberam na situação de terem que brigar, algumas vezes literalmente, para conquistar uma condição de vida mais digna para suas famílias.

O Levantamento Socioeconômico da Vila Telebrasília, realizado pela CODEPLAN, revelou que a maioria dos moradores veio do Nordeste para Brasília, há mais de 15 anos, principalmente nas décadas 1970 e 1980, à procura, sobretudo, de trabalho. O governo, no início de Brasília estimulou muito a vinda desses trabalhadores, pois mesmo depois da inauguração, ainda havia muitas obras por fazer.

Muitos moradores na campanha de erradicação de “favelas” se mudaram para o Riacho Fundo e outras cidades satélites, com medo de, no futuro, perderem suas moradias. Mas o grupo que permaneceu resistente foi o fundamental para que a Vila Telebrasília, uma comunidade carente, conforme demonstram os dados da CODEPLAN, se fixasse em área privilegiada do Distrito Federal, logo no centro, na RA-I Brasília.

As fotos obtidas no Arquivo Público do DF mostraram a mudança da paisagem da Vila ao longo dos anos. O espaço que no início era vazio de casas, somente com algumas demarcações no solo, posteriormente foi sendo ocupado por alguns barracos e alguma vegetação. Nesse sentido, foi possível perceber o ritmo da ocupação de acordo com as construções e a paisagem ao redor da Vila. Hoje, a Telebrasília é dividida em ruas e possui urbanização e ordenação das casas, fruto do plano de urbanismo que organizou a ocupação do

território. Lamentavelmente, o plano não foi executado por completo, ainda, pois muitas obras que melhorariam a qualidade de vida da população não foram feitas e muitos moradores nem sabem das possibilidades de existirem tais benfeitorias.

Nesse contexto se enquadra a escola. Isso nos remete a analisar que cidade os alunos da Vila Telebrasília estão estudando, pois a cidade em que elas moram tem muito a ensinar. O ideal seria que realmente houvesse uma escola na Vila, até por uma questão de segurança, pois os alunos, inclusive as crianças, têm que se deslocar para a Asa Sul, atravessando pistas perigosas e às vezes elas têm que ir sozinhas, o que já é um risco em vários aspectos. Mas, como não existe essa escola, é necessário que as escolas, principalmente as da 416 e 214 Sul, que são as mais próximas e atendem muitos alunos da Vila, se proponham a considerar esta localidade na construção do conhecimento em sala de aula. Isso também é dar voz a esses alunos, permitir que o seu saber, o seu conhecimento, a sua vivência sejam úteis na formação e internalização de conceitos. Fazendo também com que o conteúdo estudado tenha aplicação prática em suas vidas, o que conduz à formação e sentido da cidadania.

A creche também é outro elemento essencial, pois muitas mães não têm com quem deixar os filhos quando vão para o trabalho. A realidade das famílias da Vila é de uma população predominantemente carente, onde as mães precisam trabalhar para garantir o sustento dos filhos. Melhor seria se elas pudessem deixar as crianças num local apropriado, que fornecesse oportunidades de aprendizado e desenvolvimento psicomotor, emocional, cognitivo, social e das diferentes linguagens, com atividades pedagógicas desde cedo, no período em que a mãe trabalha.

Outro fator de preocupação são os jovens da Vila Telebrasília, que demandam atenção no tocante a programas de inclusão social. Nesse sentido, foi possível perceber na Tabela 3 que a maioria da população da Vila Telebrasília não tem o ensino fundamental completo e isso inclui os jovens, que já tem idade para sua conclusão, mas pararam de estudar. A oferta de uma vida relacionada ao crime é grande para muitos e como foi mencionado, isso se constitui um risco efetivo àquela juventude. Assim, é necessário que se tenham políticas públicas voltadas a esse público e que sejam desenvolvidos projetos que propiciem outra perspectiva de vida para os jovens da Vila Telebrasília, bem como possibilitem outras vivências e que os formem para a cidadania.

A Vila Telebrasília demonstra grande dependência em relação a Asa Sul em vários aspectos. Por ser um lugar pequeno que não dispõe de certos serviços essenciais, a população tem que recorrer àquela para que suas necessidades sejam supridas. Primeiramente no que se refere à saúde, a população é atendida no Centro de Saúde nº 7 de Brasília. Muitos moradores falam da necessidade de haver um posto de saúde no local. Outros aspectos e serviços que podem ser destacados são: farmácias, bancos, postos de gasolina, creches, entre outros.

Um aspecto que se faz necessário analisar é a Educação, não disponível no local. Os alunos recorrem principalmente às escolas da Asa Sul. Isso acontece também em várias cidades do DF em que os alunos vão à Brasília para estudar. O que se evidencia nas escolas e nos livros didáticos atualmente, principalmente no ensino de Geografia, mas também em outras áreas do conhecimento, é a supervalorização de Brasília em detrimento dos diversos lugares que os alunos moram.

Ora, a escola apresenta-se como um espaço de construção da identidade. A Educação possibilita ao indivíduo formar sua visão da realidade e atribuir significado ao mundo a sua volta. Sendo assim, ela não pode estar desvinculada do que é vivido pelo aluno, tem que partir do lugar de referência dele. A aprendizagem está condicionada às experiências dos alunos e ao tempo e lugar que estão inseridos. Também a vivacidade deste provém das relações que as pessoas têm com ele.

Associar o lugar do aluno ao estudo em sala de aula, e inclusive, à produção de conceitos científicos é imprescindível na formação dele. O estudo do lugar permite ao aluno compreender o espaço geográfico, partindo do lugar em que vive e que tem significado para ele. Possibilita a formação da sua concepção de identidade, pois parte de algo da sua vivência para a compreensão do mundo. As escolas devem levar em conta o lugar do indivíduo, o que faz parte da sua identidade para a elaboração dos conceitos e mediação dos conteúdos. Deve-se considerar o que o aluno sabe no processo e ensinar uma nova forma de ver a realidade. Deve-se ter uma prática voltada para o saber de cada um. No caso da Vila, as escolas que atendem os moradores devem valorizar a Vila e o saber dos alunos sobre este lugar. Geralmente o que acontece é o estudo de Brasília por todos do DF. Independente do lugar que os alunos vivem eles têm que estudar Brasília. Segundo Leite (2011): “As considerações sobre o lugar tornam-se importantes por representar a oportunidade de legitimação dos sujeitos, suas vivências, seus pontos de vista, seu saber”.

O estudo da cidade permite a compreensão das relações sociais que constituem o espaço urbano e que com a mediação possibilita a reflexão do indivíduo e o entendimento de si mesmo, homem, com o espaço. Esta análise considera elementos culturais e da vida cotidiana, a contextualização, os valores das pessoas no exercício de sua cidadania, que promovem a formação do cidadão crítico que se reconhece pertencente ao lugar. A cidade é educadora e ensina todos esses aspectos aos indivíduos, além da história e cultura. O estudo do urbano, que é mais amplo que a cidade, a partir da mesma possibilita o entendimento da complexidade das relações sociais que colaboram para uma análise crítica, reflexiva e propositiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou compreender a Vila Telebrasília, como importante elemento de análise no processo de produção do espaço urbano do Distrito Federal. Isso se verifica por meio das narrativas, que recuperam a história do lugar pela memória dos moradores. Nesse sentido, tal perspectiva ilustra as concepções teóricas dos autores utilizados no item relativo à fundamentação teórica, notadamente no que se refere ao processo de construção de Brasília e à formação do espaço urbano nas cidades capitalistas. Além disso, as informações quanto ao aspecto socioeconômico e urbanístico do local permitiram compreender a dinâmica interna da cidade, o seu funcionamento e as peculiaridades de sua população, evidenciando uma análise de cunho eminentemente geográfico, pela identificação do processo de organização espacial de um território, a partir da Vila Telebrasília.

Tais pressupostos corroboram com a ideia de se estudar a cidade, no contexto das aulas de Geografia. Nessa perspectiva, então, este estudo revela a importância de se estudar a cidade, que evidencia seu potencial enquanto educadora, para a melhor compreensão da realidade. Nessa, insere-se a dimensão do cotidiano, do espaço vivido pelo indivíduo, que se constitui um facilitador à aprendizagem, por conter elementos de mediação pedagógica presentes na vivência. Assim, é a Geografia, ciência que estuda o espaço e que o representa uma perspectiva fundamental à compreensão da realidade.

Além dessa incontestável possibilidade de compreensão da realidade por meio do lugar, pode-se sugerir que a cidade do aluno seja estudada no contexto da Geografia Escolar, por ter implicações diretas com o desenvolvimento do raciocínio espacial do indivíduo, de um lado. De outro, o conhecimento acerca do lugar de vivência repercute na formação de identidade e contribui para o desenvolvimento da cidadania, na medida em que oferece possibilidades concretas de resignificação do lugar, manifestado pelo exercício de melhoria da coletividade.

Por fim, os resultados dessa pesquisa constituem-se importantes informações para os moradores da Vila Telebrasília, por propiciar informações sistematizadas sobre essa localidade, para pessoas que estudam o espaço urbano de Brasília e do DF e, principalmente, para ações educativas, entre as quais se destaca a relativa ao ensino de Geografia, de um lado, e a formação da cidadania, de outro. Desse modo, pelo registro da história do lugar, pode-se

pensar na difusão e acesso a essas informações, que garantem não somente a valorização do lugar e da memória, como também da feição identitária dessa localidade.

PARTE III - PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Após esses anos de estudo na área da Educação, tantas experiências, aprendizados e descobertas, não poderia chegar ao final do curso sem ter o premente desejo de ser educadora e, principalmente, ser professora de escola pública. Pretendo fazer o concurso para professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Também tenho interesse em desenvolver e aprofundar o tema de pesquisa desta monografia no mestrado acadêmico. Como na Faculdade de Educação ainda não há linhas de pesquisa na pós graduação na área de Educação em Geografia, penso em tentar o mestrado na Faculdade de Geografia. Se seguir nessa carreira acadêmica, também penso em fazer, posteriormente, doutorado em Educação.

Não sei quanto tempo ainda permanecerei em Brasília, pois meu marido é militar e podemos ser transferidos de estado. Por isso, daqui a algum tempo pretendo fazer um concurso federal na área de Educação, pois assim, eu tenho garantia de trabalho aonde formos. Para finalizar, acredito nos provérbios bíblicos que dizem: “O coração do homem pode fazer planos, mas a resposta certa dos lábios vem do Senhor. [...] O coração do homem traça o seu caminho, mas o Senhor lhe dirige os passos.” (Provérbios 16.1,9). Assim, vejo que muitos planos podemos fazer, mas a direção da nossa vida não está em nossas mãos; muitas coisas nos advém sem planejarmos e mudam toda a nossa história; confio que minha vida está nas mãos do Criador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAT. **Dossiê Acampamento da Telebrasília**: encaminhamentos e notícias. (Documento coletado na Associação de Moradores da Vila Telebrasília).

BICCA, Paulo R. S. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 143-198.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: história, geografia. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro052.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

CALLAI, Helena Copetti. **Estudar o lugar para compreender o mundo**. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). Ensino de Geografia: Práticas e textualizações no Cotidiano. Porto Alegre - RS: Ed. Mediação, 2000. p. 83-134.

CAMPOS, Neio. A segregação planejada. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **A conquista da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do Espaço Urbano**. 1. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008. 270 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade**: Ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. 3. ed. Campinas: Papirus, 2012. 190 p.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 27.056, de 08 de agosto de 2006. **Plano de Urbanismo da Vila Telebrasília**: Memorial Descritivo; NGB - 36/2006; NGB - 37/2006; NGB - 38/2006. (documento coletado junto a Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - SEDHAB.).

_____. **LEI Nº 161, DE 4 DE SETEMBRO DE 1991**. Câmara Legislativa do Distrito Federal, 1991. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=20772>. Acesso em: 9 fev. 2013.

_____. **Levantamento Domiciliar Socioeconômico**: Vila Telebrasília. GDF - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA. CODEPLAN. Brasília: CODEPLAN, 2009. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%20C3%B4micas/Vila%20Telebrasilia.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.2, p. 57- 63, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

GONZALES, Suely Franco Netto. As formas concretas da segregação residencial em Brasília. *In*: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p.117-142.

GOVÊA, Luís Alberto. A capital do controle e da segregação social. *In*: PAVIANI, Aldo (Org.). **A conquista da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

LACERDA, Hiatiane Cunha de. **O desenho da percepção afetiva**: o caso da Vila Telebrasília - DF. 2011. 144, ca. 70 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

LEITE, Cristina Maria Costa; BARBATO, Silviane. **Reflexões sobre a construção do conceito de Lugar na escola contemporânea**. vol. 14. nº 2. Brasília: Espaço & Geografia, 2011.

LIMA, Elaine Rocha; SALES, Juliane Pereira de; BORGES, Pâmela Rafaela Alencar. **Vila Telebrasília**. Trabalho da disciplina Educação em Geografia FE/UnB. Brasília, 2013.

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA E ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **Direito à memória e à moradia**: Realização de direitos humanos pelo protagonismo social da comunidade do Acampamento da Telebrasília. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 142 p.

PAVIANI, Aldo (Org.). **A conquista da cidade**: movimentos populares em Brasília. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 83-163.

_____. **Demandas sociais e ocupação do solo espaço urbano**: o caso de Brasília DF. *In*: Cadernos MetrÓpole. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5956/4310>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

PEREIRA, Juvenal de Antunes. **Acampamento da Telebrasília**: Mito e realidade. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação/Acessoria Técnico-Legislativa. Brasília, 2000.

REIS, Renato Hilário dos. **A Constituição do Sujeito Político, Epistemológico e Amoroso na Alfabetização de Jovens e Adultos**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s. n.], 2000. p. 1-64.

SANTANA, Márcia Henriques Ribeiro de Oliveira e Mathias Mallieux. **A ineficácia da lei por violação administrativa**. Correio Braziliense: Brasília, 1992.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

VELASCO, Usha; JUNIOR, José Geraldo de Souza. Vila Telebrasília: a conquista da cidadania. **Revista do Sindjus**. Distrito Federal: Sindjus, 2009. p. 5-11.